2018
Relatório e Contas

BANCO MAIS
Member of BISON Group

ÍNDICE

Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva 4

01.PRINCIPAIS INDICADORES 7

02.ESTRUTURA ORGANIZATIVA 8
Modelo de Governo 8
Composição dos Orgãos Sociais 10

03.ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO 13
Economia Mundial 13
Economia da África Subsaariana 16
Economia de Moçambique 17

04.ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE 24
Linhas de Negócio 24
Desenvolvimento Tecnológico 27
Compliance 27
Jurídico 28
Risco 28
Auditoria 28
Recursos Humanos 28
Gestão Prudencial 30

05. ANÁLISE FINANCEIRA 31

06. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 33

07. PARECER DO AUDITOR EXTERNO E DO FISCAL ÚNICO 88

08. ANEXO – Circular nº3/SHC/2007 94

Somos um parceiro incontornável nas suas decisões de investimento
Colocamos à sua disposição MAIS oportunidades de negócios.
我们是您投资决策中不可或缺的合作伙伴
我们为您提供更多的商机
BANCO MAIS
O seu parceiro de negócios.

00.
MENSAGEM CONJUNTA
DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
E DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

Estimados Clientes e Prezados Accionistas do Banco MAIS,

De acordo com dados do Banco de Moçambique, a economia moçambicana cresceu 3,3% em 2018, contra 3,7% em 2017, tendo os principais contributos para o crescimento vindo da indústria de extração mineira, agricultura e transportes, assim como das comunicações. Segundo dados do INE, a inflação acumulada foi de 3,52% em Dezembro de 2018, depois de ter atingido o valor de 5,65% em Dezembro de 2017, o que mostra uma melhoria das condições económicas evidenciada pela estabilidade do metical.

Relativamente às reservas internacionais líquidas, no final de Dezembro de 2018, o saldo era de 3.100 milhões de dólares, suficientes para cobrir 7 meses de importações de bens e serviços, excluindo as importações relacionadas com os grandes projectos.

Depois do pico das taxas de juro em 2016 e da subida expressiva das taxas directoras do Banco de Moçambique no quarto trimestre de 2017, a introdução da taxa MIMO - Taxa do Mercado Monetário Interbancário de Moçambique, em abril de 2017, teve os seus efeitos em 2018, tendo esta taxa descido de 19,5% em Janeiro de 2018 para 14,25% em Dezembro.

Já em Março de 2019, o Banco de Moçambique veio a aumentar o coeficiente de Reservas Obrigatórias para passivos em moeda estrangeira em 900 pontos base, passando para 36%; manteve-se o coeficiente para passivos moeda nacional em 14%, a FPD em 12,25% e a FPC em 17,25%.

A desaceleração da economia e as elevadas taxas de juro, levaram o crédito bancário ao sector privado a registar, em 2018, uma nova queda, ao verificar-se uma redução, em termos anuais de 2,6%. Esta queda está em linha com os dados de anos anteriores, onde já se tinha verificado uma redução do crédito concedido em 12,8%. Do lado dos depósitos verificou-se um crescimento de 12,0%.

O ano de 2018 fica marcada pelo reforço da estrutura accionista do Banco MAIS, com a entrada de um novo accionista, o Grupo Chinês BISON, e pelo aumento de capital de 600 Milhões de Meticais que permitiu aumentar a capacidade financeira do Banco e reforço de balanço.

Foi, igualmente, um ano onde o Banco MAIS continuou a implementar a estratégia definida e aumentou o seu número de clientes em 57%, a carteira de depósitos em 100% e de crédito bruto em 45%, num ano em que a concessão de crédito, no sistema financeiro, desceu 2,6%. É também de salientar o facto do Banco MAIS, no seu quarto ano de actividade, após a aquisição do antigo Banco Tchuma, ter atingido

resultados operacionais positivos no valor de 44,0 Milhões de Meticais. Devido às condições económicas adversas verificadas nos últimos anos, que penalizaram fortemente as empresas, devido à subida acentuada das taxas de juro, depreciação do Metical e diminuição do volume de negócio na maior parte dos sectores económicos, o Banco MAIS reforçou, de forma significativa a cobertura por imparidades de crédito em risco de 5% para 75%, o que afectou negativamente o resultado líquido do Banco. No entanto o Banco espera recuperar parte destes créditos em risco durante 2019 o que deverá permitir uma reversão das imparidades constituídas

Para 2019, não se esperam grandes alterações económicas no país. As taxas de juro deverão manter a tendência de descida, mas de forma menos acentuada. Prevê-se uma estabilidade do metical face ao dólar americano com a possibilidade de uma ligeira desvalorização. Espera-se, também, que sejam assinados os acordos finais para a exploração de gás no norte do país. Para a segunda metade de 2019 poderá haver algum abrandamento económico devido à realização de eleições legislativas e presidenciais em Outubro.

Para o Banco MAIS, o ano de 2019 será um ano de reforço da sua estrutura accionista e de capitais, com a entrada de um novo accionista e um aumento de capital que irá colocar o capital social do Banco acima de 1.700 Milhões de Meticais. Em termos de desenvolvimento de negócios prevê-se a continuação do crescimento do volume de depósitos e crédito, introdução de novos serviços e produtos assim como o início da comercialização de cartões VISA. Espera-se terminar o ano de 2019 com um resultado positivo significativo, tendo o Banco fechado o primeiro trimestre de 2019 com um resultado positivo de cerca de 6,0 Milhões de Meticais.

O Presidente do Conselho de Administração e o Presidente da Comissão Executiva, em nome de todo o Conselho de Administração, querem agradecer a todos os Clientes pela confiança depositada no Banco MAIS, a todos os Colaboradores pelo empenho e dedicação demonstrados durante 2018 e aos Accionistas pelo suporte à equipa de gestão, à estratégia seguida e pela dedicação e tempo despendido durante este ano.

Estimados Clientes e Prezados Accionistas do Banco MAIS,

O Presidente do Conselho de Administração

Narciso Matos

O Presidente da Comissão Executiva

Luis Almeida

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2018

O Conselho de Administração é responsável pela preparação das demonstrações financeiras anuais, as quais dão uma imagem verdadeira da situação financeira real da sociedade e dos resultados das operações do exercício.

O Conselho de Administração partilha e é da opinião de que as demonstrações financeiras apresentadas reflectem a imagem fiel da situação financeira da sociedade bem como os resultados das operações do exercício de 201.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de Abril de 2018.

Em nome de todos os membros do Conselho de Administração, gostaríamos de deixar aqui expressos aos nossos estimados clientes a nossa profunda gratidão e pedir-lhes que continuem a confiar no Banco MAIS S.A.

Os nossos agradecimentos são extensivos a todo os colaboradores, pelo seu esforço e desempenho demonstrados durante 2018, encorajando-os a prosseguir nessa via para que 2018 seja um ano próspero para o Banco MAIS S.A..

Finalizando, agradecemos aos accionistas que continuam a acreditar na instituição, mantendo o apoio contínuo, para que o Banco tenha sucesso.

Pelo Conselho de Administração

Narciso Matos

Diogo Lacerda Machado

Luis Almeida

Bian Fang

Pedro Cardoso

Anselmo Cunhete

Valentim Chernysh

Joel Sibrac

Mehdi Gharbi

01. PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores	2018	2017	Var. 2018	
Financeiros (Balanço)			Valor	%
Activo Total	3 088 985 680	1 691 598 383	1 397 387 297	82,61%
Créditos à Clientes(Liquido)	1 149 913 978	1 107 360 891	42 553 087	3,84%
Recursos de Clientes	2 393 028 299	1 219 818 500	1 173 209 799	96,18%
Capital Social	1 250 000 000	649 999 970	600 000 030	92,31%
Capitais Próprios	544 964 217	223 705 318	321 258 899	143,61%
Economicos (Demonstração de Resultados)				
Margem Financeira	215 546 772	140 711 724	74 835 048	53,18%
Margem Complementar	70 537 568	62 833 976	7 703 592	12,26%
Produto Bancário	286 084 340	203 545 700	82 538 640	40,55%
Resultado Antes de Impostos	-271 679 509	-35 527 399	-236 152 111	-664,70%
Rendibilidade dos Capitais Próprios	-49,85%	-15,88%	-33,97%	-213,91%
Rendibilidade do Activo Total	-8,80%	-2,10%	-6,69%	-318,77%
Qualidade do Activo				
Imparidade Acumulada	202 244 483	54 848 414	147 396 069	268,73%
Cost to income	10,32%	3,14%	7,18%	228,37%
Imparidade Acumulada/Crédito Vencido	-146,59%	152,96%	-299,55%	-195,84%
Rácio de Transformação	**57%**	**95%**	**-39%**	**-41%**
Rácio de Solvabilidade	**21,76%**	**11,69%**	**10%**	**86,13%**
Produtividade/Eficiência				
Outros Gastos Operacionais	140 822 504	104 450 133	36 372 371	34,82%
Gastos com Pessoal	124 958 481	108 813 872	16 144 609	14,84%
Gastos Operacionais/Activos Totais	8,60%	12,61%	0	-31,75%
Gastos com Pessoal/Produto Bancário	43,68%	53,46%	-10%	-18,29%
FSE/Produto Bancário	49,22%	51,32%	-2%	-4,08%
Outros Indicadores				
Número de Colaboradores	77	69	8	11,59%
Unidades de Negócio	7	6	1	16,67%

02.
ESTRUTURA ORGANIZATIVA

- MODELO DE GOVERNO
- ESTRUTURA SOCIETÁRIA

MODELO DE GOVERNO

O modelo de governo do Banco está estabelecido nos seus Estatutos e obedece aos requisitos da Lei das Instituições Financeiras (Lei N.º 13/05, de 30 de Setembro). Os Órgãos Sociais são a Mesa da Assembleia Geral, o Conselho de Administração, a Comissão Executiva, Fiscal Único e o Auditor Externo.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

A Mesa da Assembleia Geral é o órgão social constituído por todos os Accionistas do Banco, cujo funcionamento é regulado nos termos dos Estatutos. Tem como principais competências:

- Eleição e aprovação das remunerações fixas e/ou variáveis dos membros dos órgãos sociais;
- Apreciação do Relatório Anual do Conselho de Administração, discussão e votação do balanço e contas do Banco, tendo em consideração o parecer do Fiscal Único;
- Deliberação sobre a distribuição de resultados sob proposta do Conselho de Administração; e
- Deliberação sobre alterações aos estatutos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é composto por nove membros que efectuam o acompanhamento geral do Banco, definem as estratégias de actuação e deliberam sobre as matérias mais relevantes para o desenvolvimento do Banco.

COMISSÃO EXECUTIVA

A gestão executiva do Banco é assegurada por três administradores executivos, designados pelo Conselho de Administração, que dispõem de amplos poderes de gestão para a condução da actividade do Banco.

As reuniões da Comissão Executiva realizam-se, no mínimo, duas vezes por mês e sempre que sejam convocadas pelo seu Presidente.

Ao longo de 2018, a Comissão Executiva implementou, sob a sua supervisão, estruturas, controlos e processos com vista a assegurar e monitorizar as actividades do Banco, quer as de gestão corrente quer as de valor estratégico para a organização. Instituiu novos Departamentos que, em conjunto com os Órgãos Colegiais, asseguraram a monitorização das várias áreas organizacionais.

Órgãos Colegiais: Comité de Coordenação, Comité de Auditoria, Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO), Comité de Gestão de Risco, Comité de Crédito, Comité de Auditória, Comité de Negócios, Comité de *IT* e Comité de Recursos Humanos.

Comité de Coordenação: O Comité de Coordenação, que se realiza mensalmente, é constituído pelos membros da Comissão Executiva e pelos Responsáveis dos departamentos. Tem como função avaliar, em termos globais, o desempenho das actividades do Banco, identificar os pontos de estrangulamento e definir planos de actuação interdepartamental com vista a alcançar as metas definidas.

Comité de Auditoria: O Comité de Auditoria analisa, avalia e recomenda melhorias nos sistemas de controlo interno e nas práticas contabilísticas, com base em planos de auditoria que levam em consideração os graus de risco relativo de cada função ou aspecto da actividade. O Comité de Auditoria desempenha um papel abrangente em matérias relativas ao controlo interno.

Comité de Gestão de Activos e Passivos: O Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO) tem uma periodicidade mensal e é constituído pelos membros da Comissão Executiva e pelos responsáveis dos Departamentos de Tesouraria e Mercados, Gestão de Risco e Planeamento e Controlo. O Comité avalia, mês a mês, a evolução da conta de exploração do Banco, identificando eventuais desvios de liquidez, de taxas de juro e de taxas de câmbio.

Comité de Crédito: O Comité de Crédito realiza-se semanalmente e é constituído pelo do Departamento de Crédito, Departamento Comercial, Departamento de Gestão de Risco, Departamento Jurídico e membros da Comissão Executiva. Tem como funções deliberar sobre as operações de crédito a clientes e acompanhar a evolução da qualidade da carteira de crédito.

Comité de Gestão de Risco: O Comité de Gestão de Risco, realizado mensalmente, é constituído pelos membros da Comissão Executiva e pelos Responsáveis do Departamento de Gestão de Risco, Crédito e Planeamento e Controlo. Tem como função monitorizar a evolução do perfil integrado de risco do Banco, zelando pelas políticas, metodologias e procedimentos de avaliação e controlo de todos os tipos de risco, bem como analisar a eficácia do processo de gestão de riscos.

Comité de Negócios: O Comité de Negócios, que tem periodicidade mensal, é constituído pelos membros da Comissão Executiva e pelos Responsáveis do Departamento Comercial e Marketing. Tem como função fazer o acompanhamento das iniciativas de âmbito comercial, propondo estratégias de actuação conducentes à aceleração da evolução do negócio de cada segmento de Clientes.

Comité de IT: O Comité de *IT - InformationTechnology* realiza-se mensalmente e o seu quórum é constituído pelos membros da Comissão Executiva, pelos Responsáveis de Departamentos e de Projectos em curso. Tem como função a priorização, orçamentação e o acompanhamento de todos os projectos estruturantes, enquadrados no âmbito de IT.

FISCAL ÚNICO

O Fiscal Único é responsável pelo controlo e pela legalidade da gestão financeira e patrimonial do Banco. De entre várias competências, destacam-se:

- Acompanhar e fiscalizar, com regularidade, o cumprimento dos regulamentos contabilísticos aplicáveis, a situação financeira e patrimonial do Banco e analisar a contabilidade;
- Dar parecer sobre o relatório de gestão e sobre as contas de Administração para cada exercício, incluindo documentos de certificação legal de contas anuais;
- Elaborar relatórios da sua acção fiscalizadora, incluindo um relatório anual global;
- Pronunciar-se sobre os assuntos que lhe sejam submetidos pelos órgãos de Gestão do Banco;

Este cargo é desempenhado pela empresa de Auditoria DELLOITE & TOUCHE (Moçambique) LDA.

AUDITOR EXTERNO

A auditoria externa é assegurada pela Ernst & Young, Lda. O Banco considera que os seus Auditores Externos em exercício possuem os requisitos de disponibilidade, conhecimento, experiência e idoneidade requeridos para o desempenho cabal das suas funções.

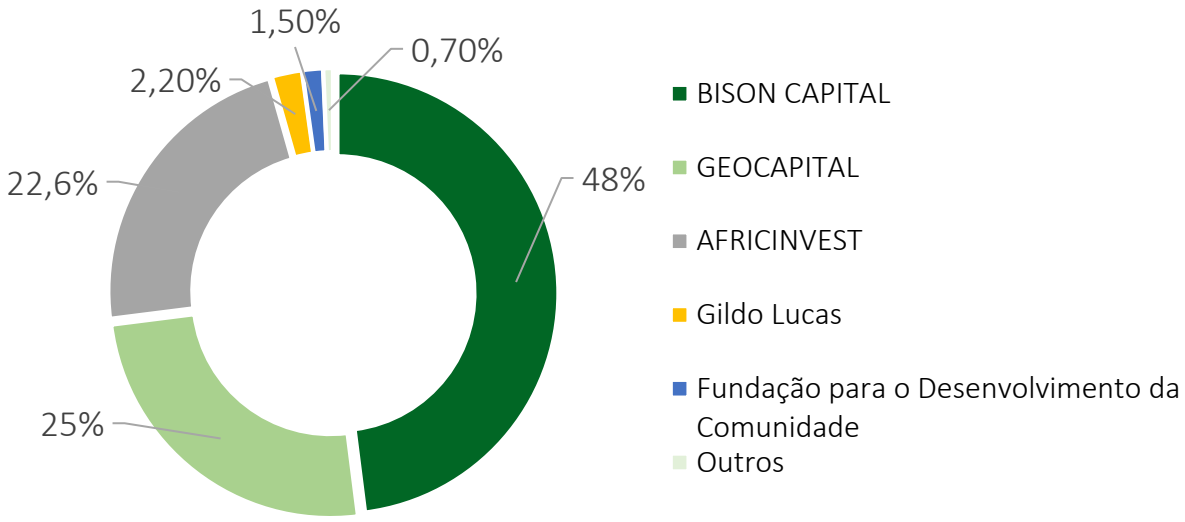
COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE Gildo Santos Lucas **VICE-PRESIDENTE** Lourenço Uate	**PRESIDENTE** Narciso Matos **VICE-PRESIDENTE** Diogo Lacerda Machado **VOGAIS** Luis Veloso de Almeida Anselmo Cunhete Valentim Chernysh Pedro Cardoso Bian Fang Joel Sibrac **Mehdi Gharbi**
COMISSÃO EXECUTIVA	**FISCAL ÚNICO**
PRESIDENTE Luís Veloso de Almeida **ADMINISTRADORES EXECUTIVOS** Anselmo Cunhete Valentim Chernysh	DELOITTE & TOUCHE (Moçambique) LDA

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

O Banco MAIS é um banco focado no segmento empresarial que presta um serviço completo de banca comercial aos seus clientes, através das suas sete Unidades de Negócios distribuídas pelo País. Em 2018, o Banco MAIS reforçou os seus capitais próprios através de um aumento de capital por via de entrada de um novo accionista, o Grupo Chinês BISON, baseado em Hong Kong e com investimentos a nível mundial em diversas áreas,no sector financeiro, media e saúde. O Capital social aumentou em 600 000 000,00 Meticais (Seiscentos Milhões de Meticais) para 1 250 000 000,00 (mil duzentos e cinquenta Milhões de Meticais) representado por 125 000 000 acções (cento e vinte cinco milhões de acções), distribuídas de acordo com o quadro ao lado.

Estrutura Accionista



Com a entrada deste accionista, o Banco MAIS passou a ser o único Banco em Moçambique a ter na sua estrutura accionista local uma entidade Chinesa.

A **BISON Capital Financial Holding Co Ltd** subscreveu, no 1º semestre do ano corrente, por via de um aumento de capital, acções correspondentes a 600 Milhões de Meticais tornando-se, assim, no maior accionista do Banco MAIS ao deter 48% do capital, que passou para 1 250 Milhões de Meticais.

A **BISON Capital Financial Holding Co Ltd** é uma holding multinacional de investimentos que actua em diversas áreas, com investimentos no sector financeiro e também no sector dos *media* e saúde. A estratégia da BISON baseia-se na alocação de recursos financeiros a nível mundial. Conta com uma equipa profissional de gabarito internacional focada na materialização das novas oportunidades de crescimento das empresas do grupo e potencia a formação de importantes alianças estratégicas em vários sectores de negócios.

No mercado financeiro asiático, a BISON estabeleceu uma plataforma global de gestão de patrimônio em Hong Kong e mantem parcerias estratégicas estreitas com diversas instituições financeiras na China.

A **Geocapital – Gestão de Participações, S.A.** e a **AfricInvest Financial Sector Limited,** que entraram na estrutura accionista do Banco em 2014, são entidades com um forte conhecimento e experiência na gestão de instituições

financeiras em África. Desenvolveram ao longo dos anos uma rede de parceiros internacionais de relevo, facilitando as ligações a Portugal, China, Macau, Hong-Kong, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Tunísia e França.

A Geocapital construiu uma rede de relações privilegiadas no contexto da sua actuação no quadro do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

A AfricInvest tem merecido a distinção de um relacionamento muito especial com a IFC do Banco Mundial, o Banco Europeu de Investimento, o African Development Bank, a Agência de Desenvolvimento Francesa e o Banco de Desenvolvimento da Holanda.

A FDC – Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade é uma instituição privada sem fins lucrativos com uma forte presença em Moçambique desde 1994, que visa fortalecer as capacidades das comunidades desfavorecidas com o objetivo de vencer a pobreza e promover a justiça social em Moçambique. As principais áreas de atuação da FDC são a educação, saúde, direitos humanos e cidadania, segurança alimentar, género e ambiente.

03.
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

- ECONOMIA MUNDIAL
- ECONOMIA DA ÁFRICA SUBSAARIANA
- ECONOMIA MOÇAMBICANA
- POSICIONAMENTO DO BANCO MAIS NO SECTOR FINANCEIRO

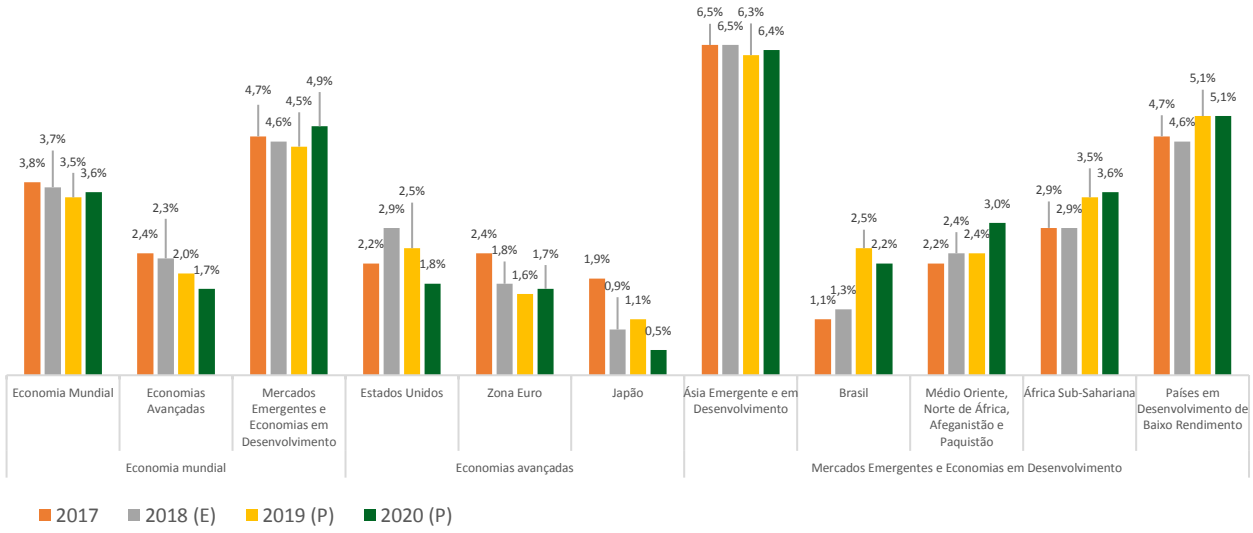
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

ECONOMIA MUNDIAL

A economia mundial desacelerou em 2018 face ao ano anterior e essa tendência deverá manter-se em 2019, em resultado do aumento das tensões comerciais e de sinais de que algumas das maiores economias do mundo estão a crescer menos. Os mercados financeiros reagiram com uma contracção no quarto trimestre, reflectindo um aumento da aversão ao risco e a inversão das perspectivas optimistas. O impacto, nas economias em desenvolvimento, destas perspectivas menos favoráveis, está a gerar preocupações junto das principais entidades que apoiam programas de apoio ao desenvolvimento.

A economia mundial cresceu 3,7% em 2018, segundo as estimativas do Fundo Monetário Internacional, depois de ter aumentado 3,8% em 2017.

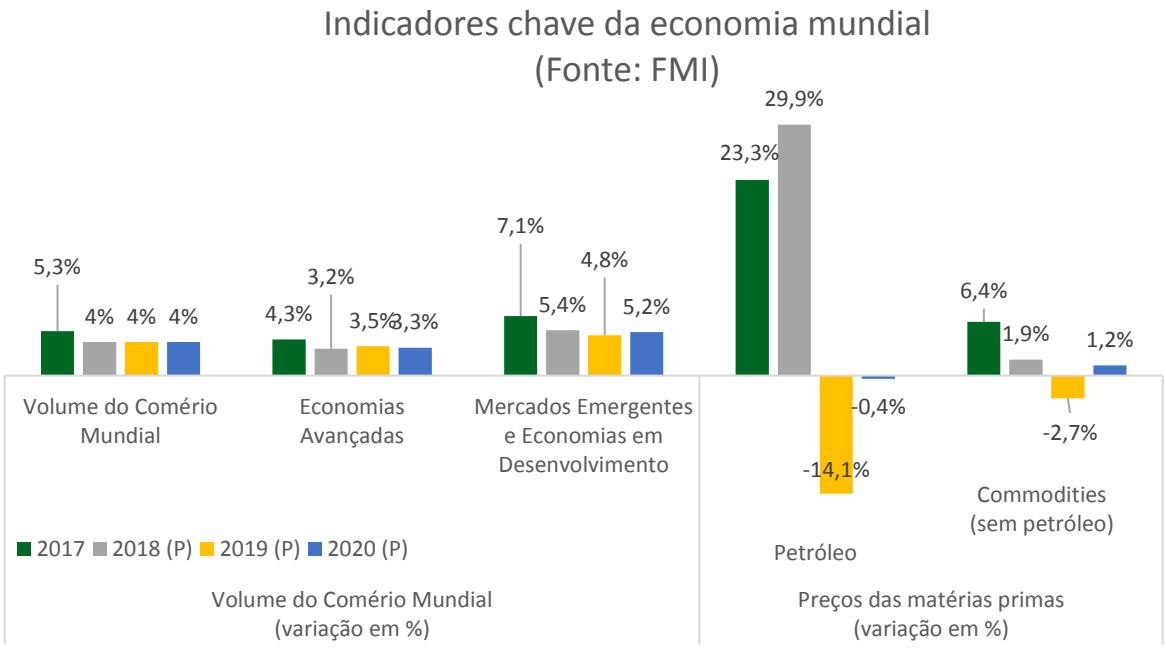
Evolução da Economia Mundial e dos Principais blocos económicos
(Fonte: FMI)



As estimativas para 2018 e as perspectivas mais sombrias para os anos seguintes (a economia mundial deverá crescer 3,5% em 2019), contrastam com o tom bastante positivo evidenciado no início de 2018. Alguns movimentos contrariaram as previsões, em particular a desaceleração acentuada na zona euro. Pela positiva, é de assinalar o desempenho, acima do previsto, da economia dos Estados Unidos.

Os factos económicos e políticos mais marcantes de 2018 explicam esta evolução, em especial as tensões comerciais associadas à negociação de tarifas comerciais entre os Estados Unidos e a China.

Os efeitos das tensões comerciais foram analisados, num estudo citado pelo Banco Mundial: "Durante o ano de 2018, a administração dos EUA elevou as tarifas sobre cerca de 300 mil milhões de dólares de importações, principalmente da China; outros países retaliaram com o aumento de tarifas sobre cerca de 150 mil milhões de dólares de exportações dos EUA. No total, foram impostas novas tarifas a cerca de 12% das importações de bens dos EUA e podem vir a aumentar ainda mais, resultando em preços mais altos e no aumento da incerteza política". Em Dezembro de 2018, ambos os países acordaram em suspender por três meses os aumentos de tarifas, mas isso não foi suficiente para dissipar as dúvidas, até porque já se verificaram as consequências económicas da disputa comercial.



Uma das principais explicações para o desempenho menos positivo da economia mundial é a desaceleração significativa da economia europeia, com destaque para as economias francesa, italiana e sobretudo a alemã. O produto interno bruto (PIB) da Alemanha cresceu 1,5% em 2018 (um ano antes, a previsão era de um aumento de 2,3%), depois de ter subido 2,5% em 2017. Esta quebra da taxa de crescimento do PIB na Alemanha é em parte explicada pela redução substancial das vendas à China, um importante mercado de exportação que, em 2018, reduziu as suas compras ao gigante europeu em 37%. A Alemanha esteve em 2018 no meio de uma espécie de tempestade perfeita, uma vez tem como principais mercados de exportação países em grandes mudanças: os Estados Unidos e a China, que estão envolvidos no que ameaça ser uma guerra comercial; e o Reino Unido, onde os contornos complexos do Brexit também afectaram os desempenho económico.

No lado das surpresas positivas, de destacar que a economia americana cresceu 2,9% em 2018, face a um aumento de 2,2% em 2017, evolução que é bastante explicada pelos estímulos à economia, decorrentes do pacote fiscal lançado pelo presidente Donald Trump no final de 2017. Os analistas são todavia cautelosos e alertam para a falta de sustentabilidade desta progressão. "Esperamos que o crescimento (nos EUA) desacelere, à medida que a política monetária deixa de ser acomodatícia (subida dos juros) e que o estímulo fiscal desaparece, arrastando o crescimento para baixo. Se as tarifas aduaneiras aumentarem, isso vai pesar ainda mais na actividade económica, especialmente sobre as exportações e os investimentos. Neste cenário, o crescimento dos EUA deverá diminuir para 2,5% em 2019 e para uma média de 1,7% em 2020-21, consistente com o seu crescimento potencial", afirma o Banco Mundial, no relatório *Perspectivas Económicas Globais* de Janeiro de 2019.

"A economia dos EUA experimenta um crescimento robusto, com uma procura interna forte. Há sinais de que a produtividade e a participação do trabalho estão a aumentar. Os salários nominais têm superado a inflação, resultando em ganhos salariais reais modestos. As políticas fiscal e monetária estimulam a actividade económica no curto prazo, mas provavelmente vão transformar-se num obstáculo até 2020", continua a mesma publicação.

A segunda maior economia do mundo, a China, cresceu 6,6% em 2018, em linha com as previsões, mas os riscos associados à tensão comercial com os Estados Unidos antecipam alguma desaceleração da actividade económica.

Na sua análise de Janeiro de 2019, o FMI alerta que os riscos, para a economia mundial, associados à escalada da tensão na frente das taxas aduaneiras, pode agravar a aversão ao risco e aumentar a tendência decrescente das economias, tendo em conta os elevados níveis da dívida, tanto privada como pública. Acrescenta que dois factores de risco adicionais são uma eventual saída sem acordo do Reino Unido da União Europeia, assim como uma desaceleração da economia chinesa mais acentuada do que o previsto.

Em consequência dos factos acima descritos, sobretudo os relacionados com as tarifas aduaneiras, o ano de 2018 viu também uma redução do volume de comércio, o qual tinha crescido 5,3% em 2017, passando para uma taxa de crescimento de 4% em 2018. As perspectivas para o futuro foram também revistas em baixa.

Mercados bolsistas. O comportamento dos mercados financeiros reflectiu o aumento da incerteza. O índice MSCI World, um índice que tem uma ampla representatividade a nível global, perdeu 8,7% em 2018, enquanto o MSCI Emerging Markets desceu 14,6% no mesmo período. À semelhança do comportamento dos principais indicadores de actividade económica, também as bolsas começaram a descer sobretudo no segundo semestre de 2018.

Petróleo. No quarto trimestre do ano, o preço do petróleo registou uma acentuada queda, o que ficou a dever-se sobretudo a movimentações no lado da oferta. No ano de 2018, o preço do petróleo (média simples dos preços dos três principais mercados), subiu 30% em dólares, segundo informação do FMI. De facto, o preço médio do petróleo em 2018 foi de 68,58 dólares por barril, bem acima dos 52,7 dólares por barril em 2017. Em Janeiro de 2019, a média de preço do petróleo situava-se na casa dos 55 dólares por barril, e os indicadores do mercado, segundo o FMI, apontam para que se mantenha nestes níveis nos próximos quatro a cinco anos.

Taxas de juro. As taxas de juro de referência da Reserva Federal Americana subiram 4 vezes em 2018, uma vez por trimestre e num total de um ponto percentual; a "repo rate" terminou 2018 no intervalo de 2,25%-2,5%. A taxa de juro de longo prazo nos Estados Unidos fechou o ano cerca de 30 pontos base acima do início do ano, em cerca de 2,7%. Os bancos centrais da Europa e do Japão mantiveram as suas políticas de taxas juro negativas, o que impediu uma subida dos juros.

Taxas de câmbio. O dólar americano registou uma apreciação generalizada em 2018, na casa dos 5% a 6%, em contraste com a valorização do euro, em 2017, de cerca de 14%.

A moeda dos Estados Unidos fechou 2018 a valer 1,14 euros, cerca de mais 5% do que no final de 2017. A valorização do dólar face à libra esterlina foi de cerca de 6%, fechando o ano com um libra a valer 1,27 dólares. O dólar perdeu cerca de 2% face ao iene japonês, tendo fechado o ano com um dólar a valer 110 ienes. A oscilação em relação ao renminbi foi mais significativa: o dólar ganhou cerca de 6% à moeda chinesa em 2018, mas registou alguma volatilidade, tendo chegado a estar a perder cerca de 4% face ao início do ano.

Também o comportamento do dólar em relação ao rand sul-africano foi bastante errática: a divisa sul-africana perdeu 17% do seu valor face ao dólar em 2018, apesar de ao longo do ano ter chegado a ganhar 7%; no fecho do ano de 2018, um dólar era transaccionado a 14,4 rands.

Face à divisa moçambicana, cada dólar estava cotado a 61,6 meticais no final de 2018, o que representa uma desvalorização da moeda nacional de cerca de 4,3%, sem muitas oscilações ao longo do ano, ainda que com um controlo apertado do Banco de Moçambique, nomeadamente através de elevados coeficientes de reservas obrigatórias para divisas.

ECONOMIA DA ÁFRICA SUBSAARIANA

As economias da África Subsaariana cresceram 2,9% em 2018, igualando o desempenho no ano precedente, mas cerca de quatro décimas abaixo do que o FMI previa apenas um ano antes. A evolução em 2018 deu-se num cenário em que se verificou uma valorização do dólar contra as principais moedas, de uma redução de influxo de capitais uma vez que as tensões comerciais tornaram os investidores mais avessos ao risco.

O FMI espera que a economia subsaariana cresça 3,5% em 2019 e 3,6% em 2020.

Em 2018, ainda assim, a redução dos riscos inflacionários é um factor comum a muitas das economias da região.

Como escreve o relatório do Banco Mundial, as economias em desenvolvimento não conseguiram capitalizar o "*momentum*" de optimismo que, há cerca de um ano, as economias mais desenvolvidas protagonizaram; agora, e tendo em conta a inversão desse ciclo e a grande dependência face à economias mais avançadas, os riscos voltam a evidenciar-se, sem ter chegado a beneficiar da fase "positiva" do ciclo económico.

O relatório *Perspectivas Económicas Regionais* do FMI para a África Subsaariana, publicado em Outubro de 2018, refere que "as perspectivas (para a região) têm mais riscos no lado negativo. A economia global está a entrar num período de uma incerteza política invulgarmente elevada. O crescimento já está a desacelerar nas economias mais desenvolvidas e pode abrandar mais, se as tensões comerciais escalarem; isto enquanto (na África Subsaariana) eventuais subidas nos preços das *commodities* e pressões populistas, na corrida para as eleições em vários países, poderão provocar um retrocesso nos esforços de consolidação".

O relatório *Perspectivas Económicas para África*, publicado pelo Banco Africano para o Desenvolvimento(BAD), faz um diagnóstico similar e identifica alguns desafios e reformas estruturais que poderão ajudar a resolver alguns dos problemas fundamentais do continente, entre eles o desemprego, a informalidade e os riscos das finanças informais. Afirma o BAD que a maioria das economias está dependente da exportação de um reduzido número de matérias-primas e muito exposta à volatilidade dos preços, o que

as impede de atingir um crescimento sustentado; diversificar é a palavra chave e esse processo requer um desenvolvimento financeiro adequado.

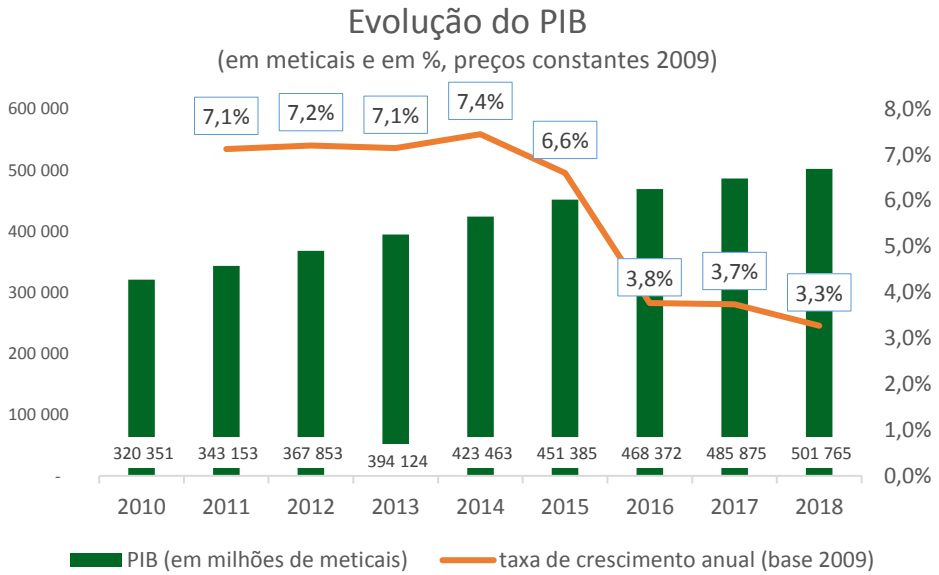
Diz o BAD que, "a maioria dos países africanos recebe remessas (da diáspora) que actualmente excedem o valor da Assistência Oficial ao Desenvolvimento e o Investimento Directo Estrangeiro – não incluindo remessas transferidas através de canais informais. Políticas para reduzir o custo de transferência de dinheiro e melhorar as plataformas para investimento na diáspora e outros incentivos, podem aumentar a disponibilidade de recursos críticos para o financiamento do desenvolvimento. As remessas intra-africanas fluem em grande parte através de canais informais, devido aos altos custos de transferência e serviços interbancários limitados em África, que impedem os fluxos formais de remessas".

Na região da África subsaariana, outro desafio ganha dimensão. A contínua valorização do dólar é um risco substantivo para as economias menos desenvolvidas, por um lado porque agrava os custos com o serviço das dívidas externas, muitas delas denominadas em dólares, num contexto em que essas dívidas continuam a crescer. Por outro lado, refere uma análise do Banco Mundial, a história mostra que alguns períodos de apreciação do dólar foram por vezes associados a desvalorizações galopantes e descontroladas, acompanhadas de recessões económicas profundas e de crises também no sistema financeiro.

ECONOMIA DE MOÇAMBIQUE

O Produto Interno Bruto de Moçambique cresceu 3,3%, em termos reais, em 2018, depois de um aumento de 3,7% em 2017, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística.

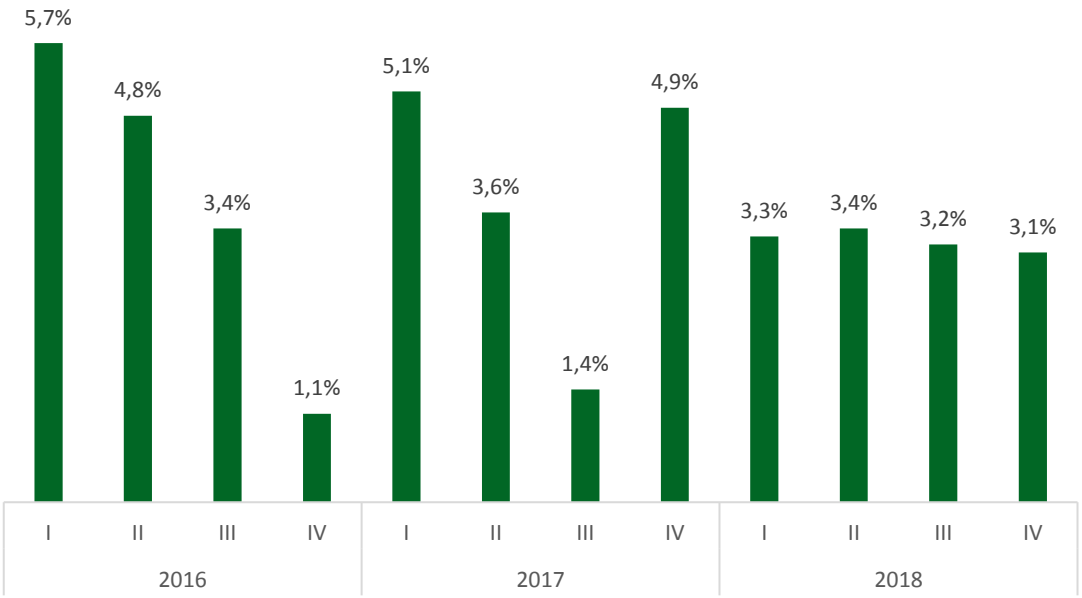
A inflação anual, medida pela evolução do índice de Preços ao Consumidor (IPC) de Moçambique, foi de 3,52% em Dezembro de 2018, quando tinha sido de 5,65% no fecho de 2017.



O desempenho menos favorável da economia moçambicana em 2018 é atribuído a vários factores, entre eles uma elevada dívida do Estado às empresas (cujo pagamento começou a ser feito no final do ano), assim como ao impacto da política monetária restritiva que visou reduzir a inflação e conter a desvalorização, e que teve como consequência uma diminuição do crédito à economia. Em 2018, a taxa de inflação baixou mas as taxas de juro nominais mantiveram-se altas, pelo que as elevadas taxas de juro reais foram um dos factores que conduziu a uma contracção do crédito ao sector privado. Segundo dados do Banco de

Moçambique, a taxa média dos empréstimos a um ano no sector financeiro era de 20,5% no final de 2018; na mesma data, os depósitos a um ano eram remunerados a uma taxa média de 11,3%.

Taxa de crescimento homólogo trimestral do PIB (Fonte: INE)



Um relatório do BAD realça que o desempenho da economia moçambicana em 2018 se ficou a dever também à redução do investimento público e a uma quebra de 23% do Investimento Directo Estrangeiro no período 2015-17.

A Economist Intelligence Unit (EIU), por outro lado, considera que as dificuldades no acesso ao crédito por parte dos produtores agrícolas continuarão a prejudicar o crescimento do sector, assim como a queda nos preços internacionais do carvão irá travar novos investimentos no sector mineiro, o que são dois factores restritivos para o crescimento económico.

Reconhecendo o impacto económico positivo do início da produção de gás natural, o relatório da EIU refere que os materiais para a construção das instalações de extracção e processamento de gás, todavia, terão de ser importados quase inteiramente e, portanto, o impacto na economia do país será limitado, considerando que o mesmo se aplica à prestação de serviços associados ao projecto.

Reservas cambiais. O saldo das reservas cambiais brutas fechou o ano de 2018 próximo dos USD 3.100 milhões, montante que assegura sete meses de importação de bens e serviços, excluindo as transacções relacionadas aos grandes projectos.

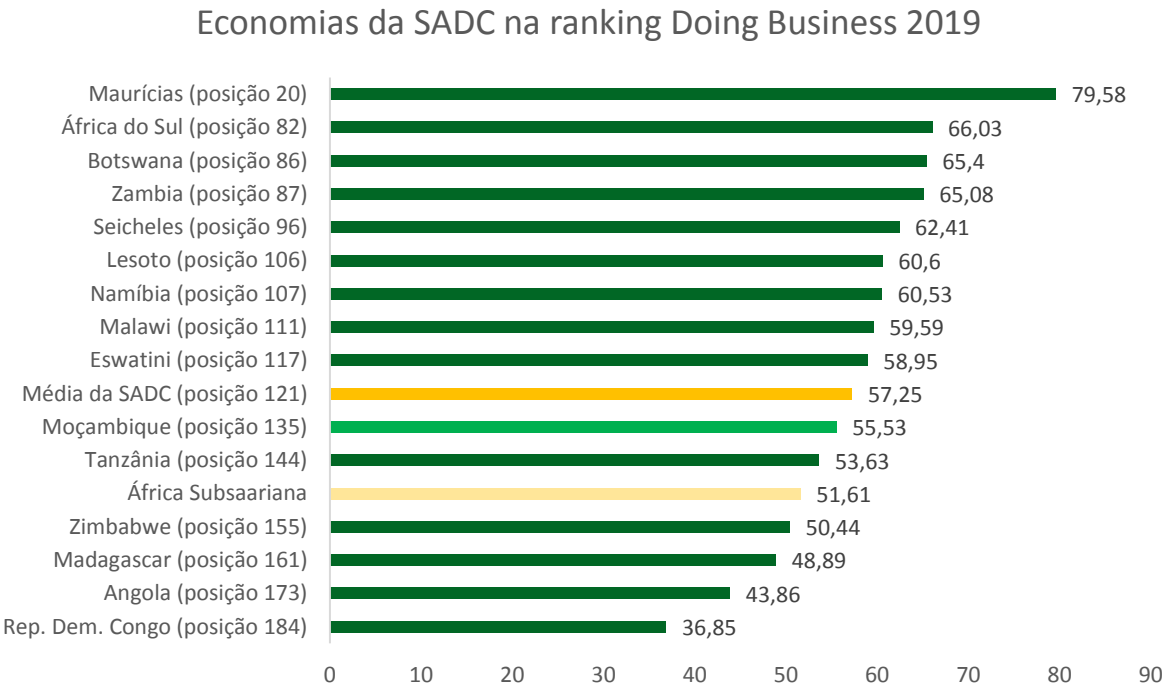
Contas públicas. A proposta do Orçamento de Estado para 2019 prevê receitas de 244 mil Milhões de Meticais, para uma despesa total de 324 mil Milhões de Meticais. O défice global (em percentagem do PIB) passará de 8,1% em 2018 para 7,8% em 2019. Os pressupostos macro-económicos subjacentes são de uma taxa de crescimento real de 4,1%, uma inflação média anual de 6,5%, exportações de 4,7 mil milhões de dólares e um volume de investimento directo estrangeiro de 5,8 mil milhões de dólares.

O Governo moçambicano prevê receber uma maior proporção de recursos externos em 2019. O Governo prevê para 2019, pela primeira vez desde 2014, um crescimento dos donativos e créditos do estrangeiro em percentagem do PIB. Os recursos externos inscritos no Orçamento de Estado representavam 14,2% do PIB em 2014 e caíram para 8,4% em 2015. Sofreram depois nova descida para 7,5% em 2016, ano do corte de ajudas directas ao orçamento por diversos países, na sequência do escândalo das dívidas ocultas do Estado. A tendência foi sempre decrescente até 2018 (6,1% do PIB), mas prevê-se que créditos e donativos cresçam

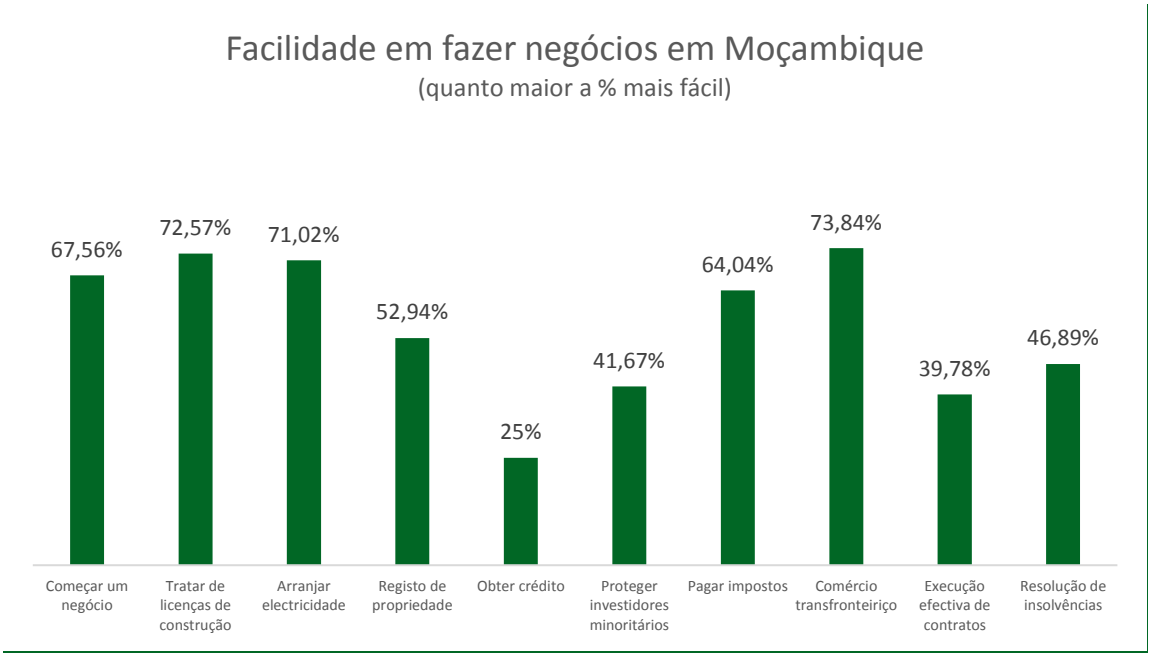
para 7% do PIB no próximo ano, totalizando cerca de mil milhões de euros. A subida é justificada "essencialmente pelo aumento dos recursos para projectos de investimentos confirmados pelos parceiros de cooperação".

A dívida pública interna atingiu níveis substanciais em 2018. Em Janeiro de 2019, segundo dados do Banco de Moçambique, a dívida pública interna contraída com recurso a Bilhetes do Tesouro, Obrigações do Tesouro e adiantamentos do Banco de Moçambique, somava 116.145 Milhões de Meticais (já incluindo a titularização da dívida do Estados aos seus fornecedores de bens e serviços), o equivalente a 12% do PIB.

Ambiente de negócios. O ambiente de negócios em Moçambique, medido pelo *Doing Business* 2019 (uma ferramenta do Banco Mundial, referente a 2018), melhorou para a posição 135, depois de ter ocupado a posição 138 no ano precedente, a que correspondeu também o ganho de mais de um ponto na classificação global, para 55,53 pontos. Com esta posição, Moçambique está acima da média da África Subsaariana (51,61pontos) e a aproximar-se da média da SADC (57,25 pontos).



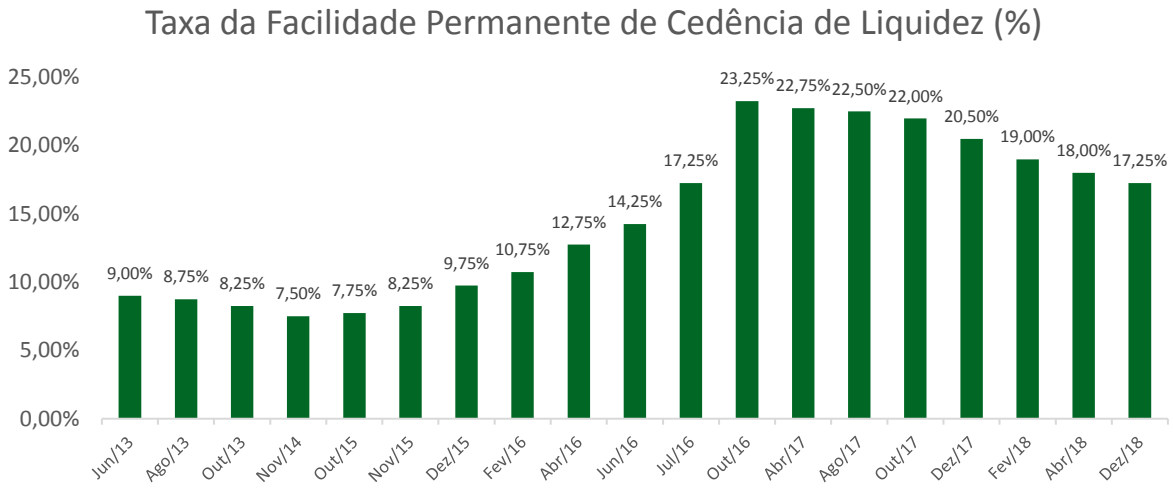
Segundo o painel *Doing Business*, Moçambique ainda tem que fazer progressos significativos para melhorar o ambiente de negócios em várias áreas, como o registo de propriedade, obtenção de crédito, protecção de accionistas minoritários, execução efectiva de contractos e resolução de insolvências.

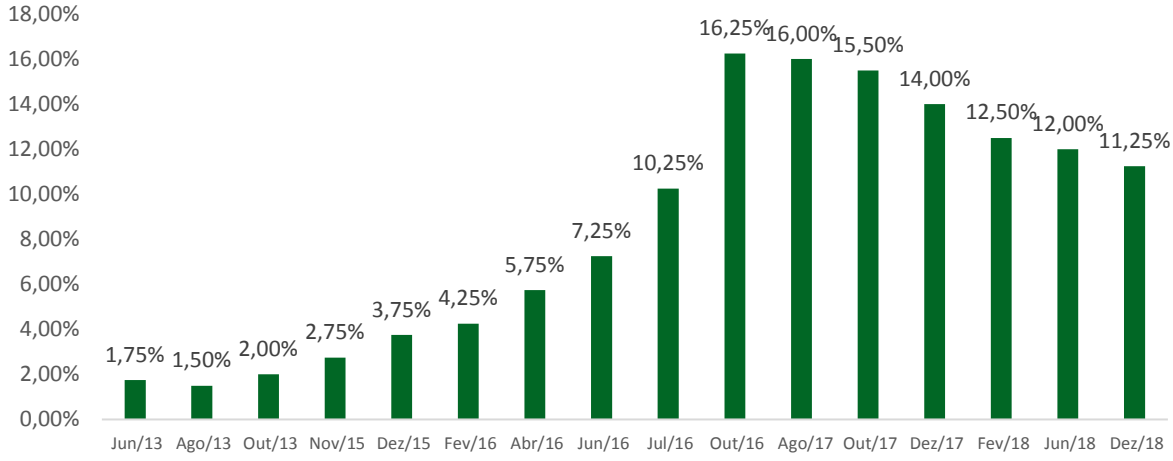


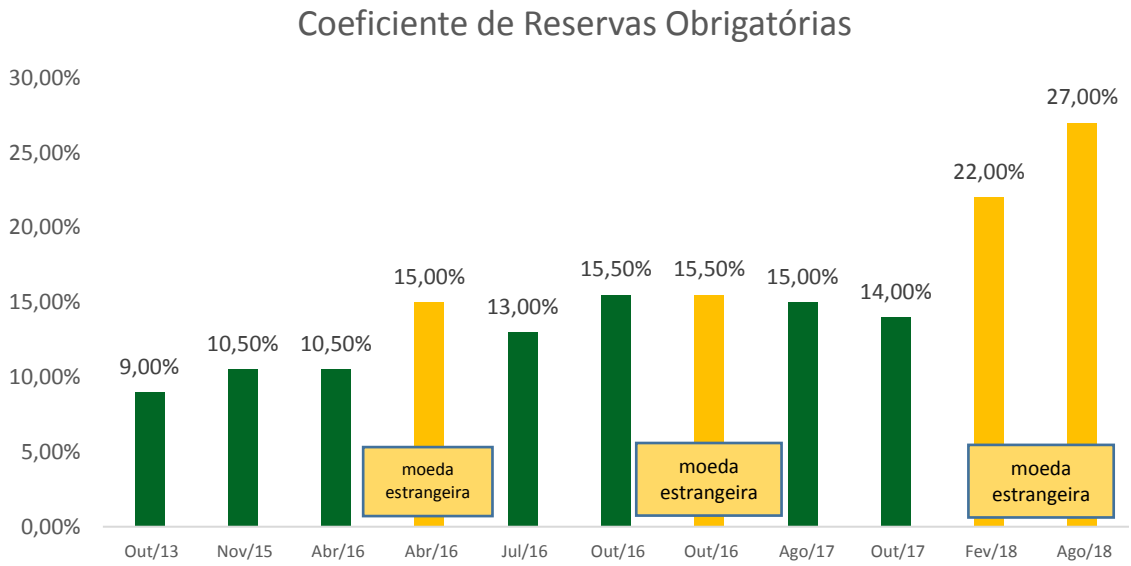
De 2018 para 2019, o *Doing Business* identificou as seguintes alterações:

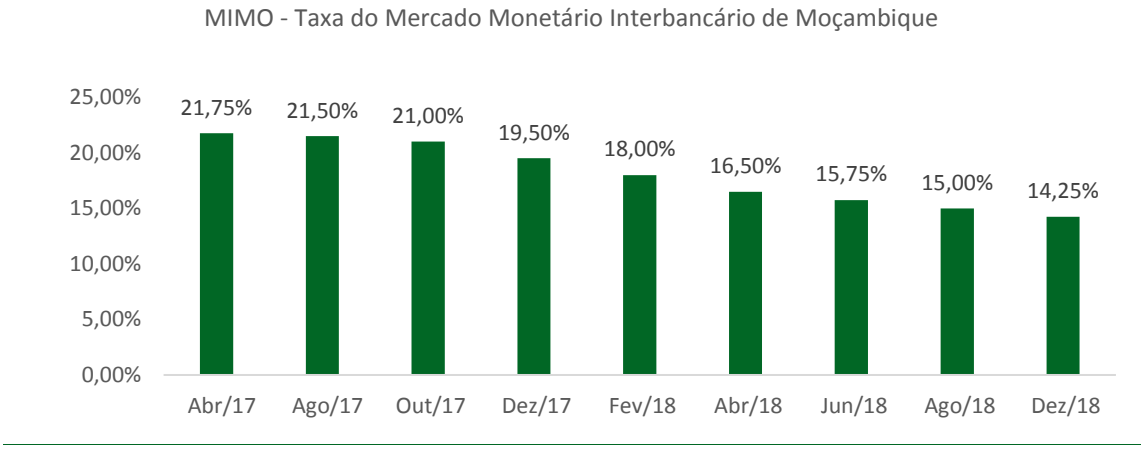
- *Começar um negócio*: Moçambique tornou a abertura de um negócio mais cara, aumentando o custo de publicação da escritura da empresa. Ao mesmo tempo, tornou o processo menos dispendioso ao substituir a licença comercial por uma notificação de actividade para alguns sectores (sinal negativo).
- *Obter electricidade*: Moçambique melhorou a monitorização e a regulação de interrupções de energia ao começar a registrar dados para o índice de duração média de interrupção do sistema anual e o índice de frequência de interrupção média do sistema. Também tornou a obtenção de electricidade mais rápida, impondo novos prazos para os procedimentos de conexão e simplificando os processos.
- *Pagamento de Impostos*: Facilitou o pagamento de impostos, reduzindo o período de reporte obrigatório, antes de os contribuintes poderem solicitar um reembolso em numerário do IVA, para quatro meses (antes era de 12 meses).
- *Negociação transfronteiriça*: Melhorou o comércio transfronteiriço, facilitando a apresentação de documentos para importações, melhorando a infra-estrutura na fronteira de Ressano Garcia e simplificando o cumprimento dos documentos de exportação.
- *Mercado de Trabalho*: Moçambique introduziu um novo regulamento de segurança social.

Política monetária. A política monetária implementada pelo Banco de Moçambique em 2018 foi de redução gradual das taxas de juro, com maior ênfase na taxa MIMO - Taxa do Mercado Monetário Interbancário de Moçambique, a qual registou sucessivas descidas a cada reunião do Comité de Política Monetária do banco central, com excepção do mês de Outubro. Em 2018, esta taxa desceu 5,25 pontos percentuais, encerrando o ano nos 14,25%.


Taxa da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez (%)
25,00%
20,00%
15,00%
10,00%
5,00%
0,00%
9,00%
8,75%
8,25%
7,50%
7,75%
8,25%
9,75%
10,75%
12,75%
14,25%
17,25%
23,25%
22,75%
22,50%
22,00%
20,50%
19,00%
18,00%
17,25%
Jun/13
Ago/13
Out/13
Nov/14
Out/15
Nov/15
Dez/15
Fev/16
Abr/16
Jun/16
Jul/16
Out/16
Abr/17
Ago/17
Out/17
Dez/17
Fev/18
Abr/18
Dez/18


Taxa da Facilidade Permanente de Depósito (%)
18,00%
16,00%
14,00%
12,00%
10,00%
8,00%
6,00%
4,00%
2,00%
0,00%
1,75%
1,50%
2,00%
2,75%
3,75%
4,25%
5,75%
7,25%
10,25%
16,25%
16,00%
15,50%
14,00%
12,50%
12,00%
11,25%
Jun/13
Ago/13
Out/13
Nov/15
Dez/15
Fev/16
Abr/16
Jun/16
Jul/16
Out/16
Ago/17
Out/17
Dez/17
Fev/18
Jun/18
Dez/18

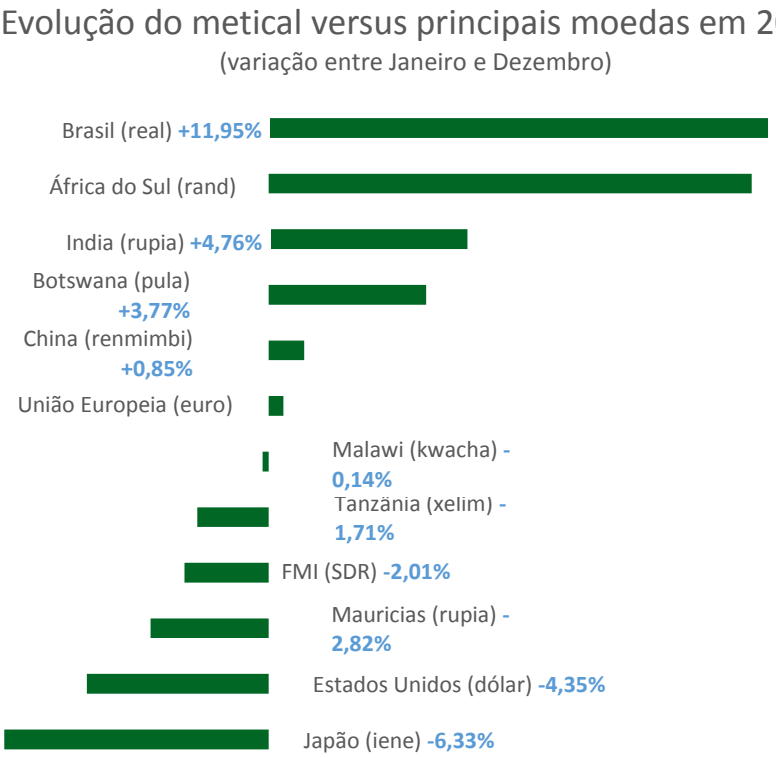

Coeficiente de Reservas Obrigatórias
30,00%
25,00%
20,00%
15,00%
10,00%
5,00%
0,00%
9,00%
10,50%
10,50%
15,00%
13,00%
15,50%
15,50%
15,00%
14,00%
22,00%
27,00%
moeda estrangeira
moeda estrangeira
moeda estrangeira
Out/13
Nov/15
Abr/16
Abr/16
Jul/16
Out/16
Out/16
Ago/17
Out/17
Fev/18
Ago/18



A taxa da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez baixou 3,25 pontos percentuais em 2018, tendo terminado o ano nos 17,25%. A taxa da Facilidade Permanente de Depósitos baixou 2,75 pontos percentuais para 11,25%.

Em 2018, o coeficiente de reservas manteve-se em 14%, enquanto o coeficiente de reservas obrigatórias para moeda estrangeira subiu para 22% em Fevereiro e fixou-se depois em 27% em Agosto. Este coeficiente aumentou para 36% em Março de 2019. Esta decisão é explicada com a volatilidade no mercado cambial internacional, em particular com o dólar.

Mercado cambial. O metical registou em 2018 alguma estabilidade face às principais moedas de referência, depois das acentuadas desvalorizações nos antes precedentes, que seguidas de uma apreciação generalizada em 2017. Em 2018, no final do ano, o metical registou, em termos anuais, uma depreciação de cerca de 4% face ao dólar americano, tendo permanecido sensivelmente estável em relação ao euro. O metical valorizou cerca de 12% em relação ao rand sul-africano, o que é um facto positivo, pois o país é um importante fornecedor de Moçambique e uma moeda mais forte permite comprar o mesmo número de bens com um custo menor em meticais. Inversamente, o metical valorizou quase 5% face à rupia da Índia, o que não é uma boa notícia, porque este é o primeiro mercado de exportação de Moçambique, e uma apreciação significa que as suas mercadorias são menos competitivas.



Sector bancário

Segundo os dados do Banco de Moçambique, em 2018 a captação de Depósitos ascendeu a 391 363,00 Milhões de Meticais, contra 349 533,00 Milhões de Meticais em 2017, o que corresponde a um crescimento de 12,0%, impelido pelo incremento dos depósitos em Moeda Nacional em 32 985,00 Milhões de Meticais (13,1%) e em Moeda Estrangeira em 8 845 Milhões de Meticais (9,1%). Este incremento dos Depósitos em Moeda Estrangeira pode estar a reflectir, essencialmente, a entrada de divisas resultantes das receitas de exportação.

A concessão de Crédito à Economia não acompanhou o ritmo ascendente dos Depósitos, tendo atingido em Dezembro de 2018 um valor acumulado de 219 886,00 Milhões de Meticais, contra 225 686,00 Milhões de Meticais em Dezembro de 2017, o que corresponde a um decréscimo de 2,6%, devido a redução quer dos Créditos em Moeda Nacional em 583,00 Milhões de Meticais (-0,3%), como dos Créditos em Moeda Estrangeira em 5 217,00 Milhões de Meticais (-10,47%). Não obstante a manutenção da queda do volume de concessão de crédito desde 2016, esta foi atenuada entre 2017 e 2018, reflectindo as medidas de política monetária expansionista adoptadas pelo Banco Central, que tem reduzido em baixa as taxas de juro praticadas pelos bancos comerciais, levando a uma perspectiva de incremento do Crédito à Economia ao longo do ano de 2019.

A estrutura do Crédito por sectores de actividade económica sofreu ligeiras alterações de 2017 a 2018, verificando-se uma redução da concessão de crédito aos sectores de agricultura, construção e comércio, com variações negativas de 0,24%, 3,17% e 2,3%, respectivamente.

04.
EQUADRAMENTO DA ACTIVDADE

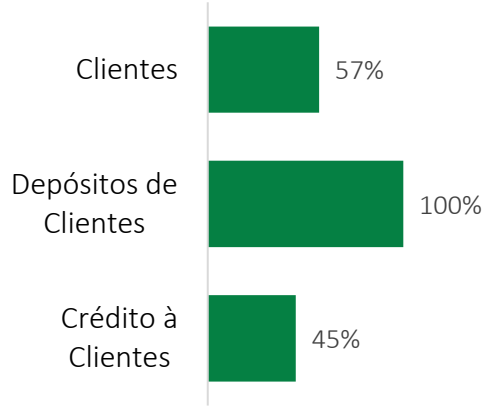
- LINHAS DE NEGÓCIO
- SUPORTE DO NEGÓCIO

LINHAS DE NEGÓCIO

Durante o ano de 2018, o Banco MAIS deu continuidade a sua estratégia comercial suportada pelo alargamento da base de clientes e segmentação da rede de negócio em função das necessidades dos clientes. As actividades realizadas reflectiram-se na evolução do negócio. O número de clientes registou um crescimento de 57%, demonstrando a contínua tendência de reforço da presença no mercado. Os depósitos de Clientes cresceram 100% enquanto o crédito cresceu 45%, o que permitiu ao Banco registar uma variação material na sua quota de mercado.

As prioridades estratégicas comerciais privilegiaram a captação de clientes da comunidade chinesa, a captação do negócio de empresas e a captação do crédito à funcionários públicos.

Captação de Clientes, Depósitos de Clientes, Crédito à Clientes (em percentagem)



Com a entrada no capital do Banco MAIS do Grupo BISON, com sede em Hong Kong, foram reforçadas iniciativas que permitiram uma maior proximidade junto dos clientes da Comunidade Chinesa. Procedeu-se com a abertura de uma nova Unidade de Negócio no Glória Mall desenhada para responder de modo distintivo às necessidades financeiras dos Clientes que privilegiam o atendimento personalizado. No novo espaço, especializado na abordagem do segmento da comunidade chinesa, os clientes realizam todas as operações bancárias com simplicidade e conforto, tem acesso a um gestor privado especializado com atendimento em Chinês.

No quadro do crescimento sinergético com as empresas do Grupo BISON, o Banco MAIS encontra-se integrado no projecto de desenvolvimento de uma plataforma digital para a gestão, ao nível global, dos clientes da comunidade Chinesa.

Procedeu-se em 2018 com remodelação de balcões tendo iniciado as obras de renovação das unidades de negócios de Xai-Xai, Tete e 24 de Julho com o objectivo de alinhar a imagem geral dos balcões do Banco MAIS.

Manteve-se o foco permanente nas principais variáveis estratégicas de negócio do Banco com o acompanhamento mensal através do modelo de dinamização comercial que tem associados incentivos que visam premiar o mérito das equipas que se distinguiram pelo seu compromisso na materialização dos objectivos.

Prosseguiu-se com a actualização das condições da oferta de poupança em resultado das alterações observadas nas taxas directoras. Foram lançadas soluções de poupança com a prerrogativa de pagamento antecipado de juros.

Em parceria com as empresas de construção foi lançado o Crédito Piscina, um produto destinado ao financiamento à construção e manutenção de piscinas, que oferece aos clientes oportunidades de concluir os seus projectos habitacionais.

Procedeu-se com o lançamento do Serviço RealTransfer – uma solução que permite a transferência de fundos de Clientes e não Clientes a favor de um beneficiário que se encontra no estrangeiro ou em outra praça, recebidos na moeda do País receptor. Este serviço consiste no envio de dinheiro e na sua recepção em uma outra geografia.

Para completar a sua oferta, o Banco tem em curso o projecto de ligação com a Rede VISA que permitirá a disponibilização da oferta completa de cartões de débito e crédito da rede VISA Internacional, respondendo desta forma as necessidades de clientes particulares e empresas. Esta oferta responderá as exigências de oferta para a gestão do dia-a-dia, e vem associada as vantagens e benefícios para os clientes dos diversos segmentos.

No crédito aos funcionários públicos foi revisto o procedimento de concessão de crédito. Foram igualmente revistos todos os documentos de suporte das vendas facto que permitiu melhorar os níveis de serviços dos vários intervenientes. Prosseguiu-se com a implementação do projecto Banco MAIS em MAIS províncias que permitiu aumentar a área geográfica de actuação do Banco MAIS na venda do crédito funcionário através de parceiros e agentes locais.

Deu-se ênfase às questões organizativas, por forma a preparar o Banco para os próximos anos. Com destaque para a revisão de todos os normativos internos, a implementação do processo BPM para os restantes produtos Crédito (empresas e particulares).

Foram reforçadas as iniciativas que permitiram uma maior proximidade com os clientes, através de parcerias e protocolos estabelecidos com entidades públicas e organizações, procurando responder de forma transversal às exigências e necessidades dos clientes particulares e empresas, através da assinatura de protocolos específicos. Com destaque para a assinatura do protocolo de cooperação com a ASSOCIAÇÃO DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS com vista à oferta de Produtos e Serviços financeiros em condições preferenciais. A assinatura do protocolo visava apoiar as PME´s através de uma Linha Especial de Crédito – destinada aos projectos devidamente selecionados pela APME de acordo com a sua relevância, aplicabilidade e potencial de sucesso.

Com o objectivo de contribuir na transparência do mercado de capitais e na proteção dos diversos intervenientes através da centralização da informação de valores mobiliários, o Banco MAIS liderou o pedido

de cotação de 240 330 acções da ARCO INVESTIMENTOS, S.A. de valor nominal de 100,00MT cada, representativas da totalidade das acções da Série B e de 80,11% do capital social da sociedade.

Continuou o reforço e desenvolvimento de iniciativas que visam melhorar e dinamizar a prestação de serviços financeiros aos clientes, que incluem formações para as áreas comerciais como forma de promover o conhecimento da Oferta de Produtos e Serviços.

Sala de Mercados e Tesouraria

Tem como finalidade assegurar a intervenção do Banco nos mercados monetário, cambial e de capitais por conta própria ou/e de Clientes. A Sala de Mercados continuou a prestar um aconselhamento especializado aos Clientes através de sistemas de negociação, sistemas de comunicação e sistemas de informação que lhe permitem acompanhar os mercados em tempo real.

- Mercados Monetário: responsável pela gestão da liquidez do Banco;
- Mercado Cambial: responsável pela gestão de todas as operações cambiais à vista, a prazo e de futuros
- Mercado de Capitais: responsável pela gestão de valores mobiliários.

Canais de Comunicação, interação e Informação:

- ✓ Ligação do Banco MAIS a Plataforma 360T
- ✓ Ligação do Banco MAIS com a *Bolsa de Valores de Moçambique*;
- ✓ Ligação do Banco MAIS com a *Central de Valores Mobiliários de Moçambique*;
- ✓ Ligação do Banco MAIS com a *Reuters e Dealing Eikon*;
- ✓ Ligação do Banco MAIS com a *Fxstreet*

SUPORTE DO NEGÓCIO

Desenvolvimento Tecnológico

O Banco MAIS intensificou em 2018 a execução da modernização tecnológica e optimização dos sistemas de informação, através de um conjunto de projectos que visam a melhoria dos processos e o aumento da produtividade, alavancando o valor das soluções do negócio, por um lado e, por outro, garantindo a escala necessária para suportar o crescimento do negócio.

Para que fosse possível a concretização dos objectivos de modernização dos sistemas informáticos, o Banco MAIS continuou a investir fortemente nos Sistemas de Informação, com destaque para:

- Instalação do FINANKA e do Portal PFS
- Servidores IBM A/S Power i – reforço de novos e modernos servidores de produção e de redundância para a aplicação "core" do Banco;
- Servidores Windows – reforço, no data center e nas Unidades de Negócio, de novos servidores de produção e redundância para suporte da gestão rede informática, sistemas Windows e firewall;
- *Upgrade* dos sistemas de comunicação e VPN;
    - Implementação do projecto e-Declaração;
    - Implementação do projecto CRC (Central de Registo do Crédito);
    - Implementação do projecto GIFIM;
    - Elaboração do estudo do IT Governance do Banco MAIS;
    - Reforço de CCTV e Controle de Acessos.

Compliance

O Departamento de Compliance do Banco MAIS encontra-se operacional desde os finais de 2014, de forma permanente e efectiva, e encontra-se sob a coordenação directa do Conselho de Administração.

O principal objectivo deste Departamento é prevenir e evitar a violação das normas e/ou desvio de condutas que acarretem consequências negativas para o Banco e para a sociedade: exigir um comportamento aos colaboradores que esteja de acordo com a legislação em vigor, conforme com as Leis nacionais e os normativos internos do Banco, conciliando as acções, condutas e procedimentos com as exigências legais, éticas e regulamentares.

A prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, uma postura profissional e deontológica, que respeite as regras internas e estatutárias, as regras de conduta e de relacionamento com os clientes e as orientações dos órgãos sociais, destacam-se como principais vectores de orientação para um comportamento *Compliant*.

Ao longo de 2018, podemos destacar as seguintes iniciativas feitas ao nível do Compliance, no âmbito da prossecução dos seus objectivos:

- Alargamento da equipa, com a contratação de mais 2 colaboradores;
- Instalação de 2 novas plataformas de análise Compliance – AML by Habbertec e ACCPA.org
- Sessões de formação e esclarecimento em todas as UN do Banco
- Formação externa para os membros da equipa Compliance – Certificações internacionais CCO™ e ACCPA™
- Elaboração do Manual de Controlo Interno

Jurídico

O Departamento Jurídico tem como foco garantir a aderência dos procedimentos aos dispositivos legais (internos e externos, em consonância com o Departamento de Compliance), construir soluções para a contratação de operações e negócios realizados pelo Banco, viabilizar o equilíbrio e a transparência nas relações contratuais com os clientes e fornecedores, acompanhar e prever impactos provenientes de alterações na legislação.

Também tem como função propor acções judiciais, relativas à defesa dos direitos do banco, defendendo-o nas acções que lhe são contrárias, fazendo ponte com todos os actores jurídicos externos ao Banco.

Risco

O Departamento de Risco é responsável por monitorizar a evolução do perfil integrado de risco do Banco e por analisar e propor políticas, metodologias e procedimentos de avaliação, gestão e controlo de todos os tipos de risco a que o Banco se encontra exposto. Faz o acompanhamento da evolução do risco por produto e segmento bem como o acompanhamento do risco ajustado aos principais clientes.

Auditoria

O Departamento de Auditoria Interna garante a correcta definição das actividades de controlo que permitam mitigar os riscos operacionais mais relevantes na actividade diária do Banco. Este Departamento efectua ao longo do ano auditorias e inspecções que permitem identificar as situações que ainda carecem de melhoria e definir e acompanhar os planos de acção para as solucionar.

Recursos Humanos

O Departamento de Recursos Humanos assume a responsabilidade por estabelecer as políticas e práticas para o capital humano nas diferentes áreas do Banco, promovendo um ambiente de trabalho saudável, equilibrado, competitivo e orientado para as metas do Banco.

Em 2018 foi dada continuidade ao processo de reforço das equipas do Banco MAIS. Este reforço é necessário para dotar o Banco nas valências necessárias em termos de *know-How* bancário que permita uma implementação eficaz da estratégia definida e cumprir com as exigências do Banco Central.

Em termos globais verificou-se um aumento do quadro de pessoal de 10 colaboradores face a 2017 que visou, sobretudo, reforçar os novos Departamentos do Banco e a área comercial.

Colaboradores do Banco MAIS	2017	2018
Serviços Centrais	36	40
Rede Comercial	31	37
Total	67	77

Colaboradores Banco MAIS	2017	2018
Homens	28	34
Mulheres	39	43
Total	67	77

Em 31 de Dezembro de 2018, o quadro de pessoal do Banco MAIS era composto por 77 Colaboradores, dos quais 43 eram do género masculino e 34 do género feminino.

O Banco MAIS tem vindo a seguir uma política de gestão de recursos humanos que privilegia a integração de jovens recém Graduados e alguns com experiência de trabalho no sector financeiro. As novas contratações

seguem o princípio indicado, no entanto a estrutura de idades e a escolaridade dominada por colaboradores com idades compreendidas entre 31 e 45 anos – representando pouco mais de 47%.

A idade média de colaboradores do Banco situa-se nos 36,4 anos, sendo que 47% dos colaboradores do Banco têm entre 31 e 45 anos.

Em 2018 realizaram acções de formação interna viradas sobretudo para a área comercial na vertente "Atendimento ao Cliente, Técnicas de Vendas e Eficiência Pessoal". Foi iniciado o projecto de integração de recursos humanos que tem como propósito elaborar um programa de gestão de pessoal que promove o crescimento profissional dos colaboradores.

Gestão prudencial

O Banco MAIS acredita que a gestão de riscos é imprescindível para fomentar a estabilidade das instituições financeiras a longo prazo e que a habitual postura de transparência na divulgação de informações referentes a esta actividade o fortalecem, contribuindo para a solidez do sistema financeiro nacional e a sociedade em geral.

O Banco MAIS está sujeito a riscos de diversas naturezas relacionados com o desenvolvimento da sua actividade.

A exposição a riscos refere-se aos tipos e níveis de riscos que, de forma ampla, o banco se dispõe a admitir na realização dos seus objetivos e está refletido na filosofia de gestão de riscos corporativos que por sua vez influencia a cultura e o modo de atuação da instituição.

Esta exposição é influenciada por diversos factores, incluindo a avaliação da consistência do risco com a estratégia corporativa. Na instituição, a exposição é descrita de maneira qualitativa (descrevendo os riscos que são admitidos pelo banco) e quantitativa (valores apurados para cada tipo de risco).

A exposição a riscos está alinhada com a estratégia do banco, demonstrando o encaixe da estrutura de *governance* na sua definição e acompanhamento. O processo de acompanhamento dos riscos é institucional, sendo considerado desde o processo orçamental.

A gestão de riscos no Banco MAIS obedece a princípios, metodologias e procedimentos de controlo e *report* definidos, atendendo aos riscos específicos de cada negócio. A política de gestão de riscos do Banco MAIS visa a identificação, avaliação, acompanhamento, controlo de todos os riscos materiais a que a instituição se encontra exposta, tanto por via interna como externa, por forma a assegurar que os mesmos se mantêm em níveis compatíveis com a tolerância ao risco pré-definida pelo órgão de administração.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos, salientando-se os riscos de naturezas financeira e não financeira, que são intrínsecos à actividade do Banco MAIS.

O Banco MAIS, perante a complexidade e variedade de produtos e serviços oferecidos aos seus clientes em todos os segmentos de mercado, está exposto a diversos tipos de riscos, sejam eles decorrentes de fatores internos ou externos. Portanto, é imprescindível a adoção de uma monitorização constante de todos os riscos, de forma a dar segurança e conforto a todas as partes envolvidas.

05. ANÁLISE FINANCEIRA

O Banco MAIS – Banco Moçambicano de Apoio aos Investimentos, S.A, em conformidade com o disposto no Aviso n.º 04/GBM/2007 e disposições complementares emitidas pelo Banco de Moçambique, apresenta as contas individuais e consolidadas referentes aos exercícios de 2014 e 2015, segundo as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF). Os resultados e os rácios financeiros atingidos, demonstram a adopção pelo Banco de critérios de prudência de actuação na gestão de liquidez, no fomento à captação de recursos, na concessão de crédito aos clientes, no modelo de segmentação de Clientes e no investimento feito ao longo do ano em infraestruturas de suporte de negócio.

Evolução do Activo

O activo total líquido ascendeu o valor de 3.089 Milhões de Meticais no final de Dezembro de 2018, contra os 1.692 Milhões de Meticais apurados em igual período de 2017, o que representa um crescimento de 82,6% (1.379 Milhões de Meticais). No conjunto dos activos totais, o crédito a clientes passou a representar 37% (2017: 65%), disponibilidades em outras instituições financeiras 2,58% (2017: 10%), activos financeiros ao custo amortizado 13% (2017: 10%), Caixa e Disponibilidade no Banco 7,86% (2017: 3%) e outros activos com 2,4% (2017: 11%).

Passivo e Situação Líquida

O Passivo situou-se em 2.544 Milhões de Meticais, representando um crescimento de 73% (1.076 Milhões de Meticais) face a 2017. Este incremento resulta em grande medida do crescimento do volume de depósitos de clientes, que fixaram-se em 2.393 Milhões de Meticais. O volume de depósitos representam 96% do passivo.

Resultados e Rentabilidade

Em 2018, o resultado do Banco MAIS foi negativo em 271,7 Milhões de Meticais que compara com o resultado negativo observado em 2017 de 35,6 Milhões de Meticais. Em termos operacionais verifica-se o aumento considerável da performance do Banco, tendo o resultado operacional situado em 43,8 Milhões de Meticais.

Produto Bancário

O Produto Bancário, que inclui a Margem Financeira bem como a Margem Complementar (Resultados de Serviços e Comissões e Resultado de Operações Financeiras), fixou-se em 286 Milhões de Meticais, um crescimento de 40.55% face ao ano anterior (82,54 milhões de meticais), o que demonstra um aumento da confiança depositada pelo mercado no Banco MAIS.

A Margem Financeira situou-se em 215,5 Milhões de Meticais, o que representa um crescimento de 53,19% face ao exercício anterior, cujo valor foi de 140,7 Milhões de Meticais. Este incremento da Margem Financeira resulta do crescimento da carteira de crédito em 3,8%. O Resultado de Operações Financeiras situou-se em 47,7 Milhões de Meticais, o que representa uma redução de 17,34% face ao ano anterior (7 Milhões de Meticais).

Gastos de Estrutura

Os gastos de estrutura, que incluem os gastos operacionais desembolsáveis (FSE e Gastos com Pessoal) e os gastos operacionais não desembolsáveis (amortizações e depreciações, provisões e imparidades), situaram-se em 295,4 Milhões de Meticais, reflectindo um crescimento de 23,1% (55,5 Milhões de Meticais) face ao ano anterior.

- Os Gastos com Pessoal fixaram-se em 125 Milhões de Meticais, apresentando um incremento de 14,8 face a 2017.
- Os Outros gastos operacionais situaram-se em 140,8 Milhões de Meticais, o que se reflecte num aumento de 34,8% (37,4 Milhões de Meticais) face ao ano anterior. O crescimento resulta do incremento dos gastos ligados ao crescimento da actividade;
- As amortizações e depreciações situaram-se em 29,6 Milhões de Meticais, resultando num aumento de 11% (3 Milhões de Meticais) face ao ano anterior.;
- As imparidades líquidas fixaram-se em 286 Milhões de Meticais, resultando num aumento de 10,7% (261,9 Milhões de Meticais) face ao ano anterior

06. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Notas	2018	2017
Juros e rendimentos similares	2	456 502 577	349 375 813
Juros e gastos similares	2	(240 955 805)	(208 664 089)
Margem financeira	2	**215 546 772**	**140 711 724**
Rendimentos com serviços e comissões	3	33 772 615	30 343 441
Gastos com serviços e comissões	3	(10 913 729)	(8 143 942)
Resultados de serviços e comissões	3	**22 858 886**	**22 199 499**
Resultado em operações financeiras	4	47 678 682	40 634 477
Rendimentos operacionais		**286 084 340**	**203 545 700**
Imparidade de crédito e adiantamentos a clientes	14	(286 384 264)	(24 459 984)
Rendimentos opercionais liquidos		***(299 924)***	***179 085 716***
Gastos com pessoal	5	(124 958 481)	(108 813 872)
Amortizações e depreciações	18,19	(29 603 677)	(26 616 951)
Outros gastos operacionais	6	(140 822 504)	(104 450 162)
Outros rendimentos e gastos operacionais	7	23 544 005	25 267 841
Resultado antes de impostos		**(272 140 581)**	**(35 527 428)**
Impostos correntes	8	-	-
Impostos diferidos	8	461 072	461 072
Resultado liquido do exercício		***(271 679 509)***	***(35 066 357)***

BALANÇO

	Notas	2018	2017
Activos			
Caixa e disponibilidade no Banco Central	10	242 759 872	54 377 268
Disponibilidades em outras instituições de crédito	11	79 799 826	171 924 900
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	12	912 849 563	-
Activos financeiros disponiveis para venda	13	-	2 682 288
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	13	6 327 551	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	14	1 149 913 978	1 107 360 891
Activos financeiros detidos até a maturidade	15	-	163 853 485
Activos financeiros ao custo amortizado	15	405 885 618	-
Outros activos	16	77 418 853	37 935 423
Activos por impostos correntes	17	5 480 409	4 190 103
Activos tangiveis	18	134 380 334	109 667 311
Activos intangiveis	19	74 169 675	39 606 714
Total de activos		**3 088 985 680**	**1 691 598 383**
Passivo			
Recursos de outras instituições de crédito	20	10	189 500 196
Recursos de clientes	21	2 393 028 299	1 219 818 500
Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos	22	116 338 333	16 531 374
Outros passivos	23	20 805 073	27 732 177
Provisões	24	2 782 078	2 782 078
Passivos por impostos diferidos	8	11 067 669	11 528 741
Total do passivo		**2 544 021 462**	**1 467 893 066**
Capital próprio			
Capital social	25	1 250 000 000	650 000 000
Reservas de reavaliação	25	25 069 334	25 822 862
Outras reservas	25	350 200	350 200
Resultados transitados	25	(730 455 317)	(452 467 745)
Total do capital próprio		**544 964 217**	**223 705 317**
Total do capital próprio e do passivo		**3 088 985 680**	**1 691 598 383**

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAPITAL PRÓPRIO

	Capital social (nota 25)	Reservas de reavaliação (nota 25)	Outras reservas (nota 25)	Resultados transitados	Capital próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2017	**537 366 400**	**26 802 639**	**350 200**	**(418 381 165)**	**146 138 074**
Aumento de capital	112 633 600	**-**	-	**-**	**112 633 600**
Redução de reservas de reavaliação	**-**	(979 777)	-	979 777	**-**
Resultado do exercício	**-**	**-**	-	(35 066 357)	**(35 066 357)**
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	**650 000 000**	**25 822 862**	**350 200**	**(452 467 745)**	**223 705 317**
Impacto da adopção da IFRS 9				(7 061 591)	(7 061 591)
Saldo em 1 de Janeiro de 2018 de acordo com IFRS 9	**650 000 000**	**25 822 862**	**350 200**	**(459 529 336)**	216 643 726
Aumento de capital	600 000 000	-	-	-	600 000 000
Redução de reservas de reavaliação	-	(753 528)	-	753 528	**-**
Resultado do exercício	-	-	-	(271 679 509)	**(271 679 509)**
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	**1 250 000 000**	**25 069 334**	**350 200**	**(730 455 317)**	**544 964 217**

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

	Notas	2018	2017
Actividades operacionais			
Resultado antes de impsotos		(272 140 581)	(35 527 399)
Ajustamentos de:			
Amortizações de depreciações	17,18	29 603 677	26 616 951
Imparidade de crédito e adiantamentos a clientes	13	286 384 264	24 459 984
Abate de crédito e adiantamentos a clientes	13	(146 049 786)	(513 769)
Variação de activos operacionais	27,28	(333 149 274)	(209 672 570)
Variação de passivos operacionais	27	1 166 282 695	59 060 020
Income taxes	16	(1 290 307)	(100 000)
Cash flow gerado pelas actividades operacionais		729 640 688	(135 676 783)
Actividades de investimento			
Aquisição de Activos Tangiveis	17	(39 272 641)	(3 985 687)
Aquisição de Activos Intangiveis	18	(49 394 298)	(26 088 827)
Recebimentos em caixa da venda de activos financeiros detidos at	14	193 840 369	805 485 284
Aquisição de activos financeiros detidos até a maturidade	14	(435 872 502)	(949 906 079)
Aquisição de activos financeiros ao custo amortizado		(3 645 264)	-
Cash flow gerado pelas actividades investimento		(334 344 335)	(174 495 309)
Actividade de financiamento			
Aumento de Capital	24	600 000 000	112 633 570
Recursos de outras instituições de crédito	19	(189 500 185)	132 536 856
Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos		116 338 333	-
Pagamento de outros empréstimos	21	(16 531 374)	(221 758)
Cash flow gerado pelas actividades financiamento		510 306 773	244 948 668
Variação de caixa e seus equivalentes		905 603 126	(65 223 424)
Caixa e seus equivalentes no inicio do período	28	57 334 311	122 557 734
Caixa e seus equivalentes no final do período	28	***962 937 437***	***57 334 311***

Introdução

O Banco Mais – Banco Moçambicano de Apoio aos investimentos, S.A. (doravante designado por Banco Mais ou Banco) é um banco privado comercial, criado em 30 de Março de 1999, com sede social em Maputo na Avenida Julius Nyerere, nº2385. O Banco Mais tem por objecto o exercício da actividade de instituição de crédito tipo banco prevista na lei das instituições de crédito e sociedades financeiras. O Banco Mais centra a sua actividade no fornecimento de produtos competitivos a um nível excepcional de serviço aos seus clientes, estando mais direccionado para clientes Empresariais e Particulares.

1. Políticas contabilísticas

1.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com base no custo histórico, excepto quando especificamente indicado de outra forma nas políticas contabilísticas.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de certas estimativas contabilísticas críticas. Também requer que a administração exerça seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas do Banco. As notas às demonstrações financeiras apresentam áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas são significativos para as demonstrações financeiras do Banco.

As demonstrações financeiras do Banco foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 11 de abril de 2019 e serão submetidas à aprovação dos accionistas na sua Assembleia-geral ordinária.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Meticais, que é a moeda funcional do Banco. Todos os valores foram arredondados aos valores mais próximo de Metical Moçambicano, salvo indicação em contrário.

1.2. Apreciações e estimativas contabilísticas significativas

No processo de aplicação das políticas contabilísticas do Banco, a Administração efetuou as suas apreciações e fez estimativas na determinação dos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. O uso mais significativo de apreciações e estimativas é detalhado da seguinte forma:

Continuidade operacional

O Banco registou perdas líquidas no valor de 273.267.987 Meticais (2017: 35.066.357 Meticais) no exercício corrente do balanço do PPE, com perdas acumuladas no montante de 732.797.294 Meticais (2017: 452.467.745 Meticais). O banco continua a ter perdas.

Além disso, o património líquido do Banco, registado em 31 de dezembro de 2018, é inferior a 50% do seu capital social, colocando o Banco na situação estipulada no artigo 119.º do Código Comercial e tornando imperativo implementar medidas, a apresentar à Assembleia Geral de Accionistas, para

aprovação das contas do exercício de 31 de Dezembro de 2018, para mitigar as consequências da implementação das medidas estipuladas naquele artigo.

Essas condições dão origem a uma incerteza relevante que pode gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa de prosseguir em continuidade e, portanto, pode não conseguir realizar seus activos e cumprir com as suas obrigações no decurso normal dos negócios.

Como consequência, a base da continuidade operacional sobre a qual as contas foram preparadas é fortemente dependente da capacidade do Banco de obter os recursos financeiros adequados de accionistas ou novos investidores e operações lucrativas no futuro.

A administração implementou medidas para melhorar a rendibilidade do banco, como a diversificação das linhas de negócios e o controlo mais rigoroso dos custos. Além disso, recentemente houve aprovação do Banco Central de Moçambique para prosseguir com o aumento de capital e a entrada de um novo accionista. O aumento de capital ascende a 450.000.000,00 MZN (quatrocentos e cinquenta Milhões de Meticais), todos a realizar no primeiro semestre de 2019. Esta injeção de capital permitirá diversificar as operações bancárias, melhorar as relações comerciais e cumprir o disposto no artigo 119.º supracitado.

As demonstrações contábeis são elaboradas com base nas políticas contabilísticas aplicáveis à continuidade operacional. Essa base pressupõe que os recursos estarão disponíveis para financiar operações futuras e que a realização de ativos e a liquidação de passivos ocorrerão no decurso normal dos negócios.

Perdas por imparidade em empréstimos e adiantamentos

As premissas e metodologia utilizadas na estimativa das perdas por redução ao valor recuperável dos empréstimos e adiantamentos estão descritas na linha e) imparidade de ativos financeiros, o que está de acordo com o IFRS 9.

Impostos

O imposto de renda (corrente e diferido) é determinado pelo Banco com base nas regras fiscais. No entanto, em algumas situações, a legislação tributária não é suficientemente clara e objetiva e pode resultar em diferentes interpretações. Nesses casos, os valores contábeis resultam de uma melhor compreensão do Banco sobre o enquadramento adequado para suas operações, o que pode ser questionado pelas autoridades fiscais.

Activos por impostos diferidos são reconhecidos com relação aos prejuízos fiscais, na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as perdas possam ser utilizadas. Apreciação é requerida para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e níveis de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planeamento fiscal. Os prejuízos fiscais devem ser usados dentro de um período de cinco anos. (Nota 8.1).

As autoridades fiscais têm o direito de rever a situação tributária da companhia por um período de até 5 (cinco) anos, o que pode resultar em eventuais ajustes devido a interpretação diferentes e / ou incumprimento da legislação aplicável, a saber: Tributação das Empresas (IRPC), Fiscalidade dos

Funcionários (IRPS) e Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). (Mais detalhes são fornecidos na nota 8).

A administração acredita que cumpriu todas as obrigações fiscais aos quais o Banco está sujeito. Quaisquer correcções na base de cálculo declarado como resultado dessas revisões não devem afetar as demonstrações financeiras.

1.3 Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados, com excepção da adopção da IFRS 7 descrita na nota 1.4.

a) Transações de moeda estrangeira

Estas demonstrações financeiras anuais são apresentadas em Meticais Moçambicanos, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. As transações em moeda estrangeira são convertidas pela taxa de câmbio na data da transação. Activos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial e diferenças não realizadas em conversão são reconhecidas no resultado do período a que se referem. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras, que são demonstrados ao custo histórico, são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação.

As taxas de câmbio utilizadas para a conversão de saldos denominados em moeda estrangeira são as seguintes:

	2018	2017
US Dollar	61,47	59,02
Euro	70,25	70,70
South African Rand	4,28	4,79
Pound	78,10	79,66

b) Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

i) *Data do reconhecimento*

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro do prazo geralmente estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que o Banco se compromete a comprar ou vender o ativo. Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando o Banco se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento financeiro.

ii) *Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros*

A classificação dos instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende dos termos contratuais e do modelo de negócios para a gestão dos instrumentos. Os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, excepto nos casos que são registados pelo valor justo através do resultado, o custo da transação é adicionado ou subtraído deste valor. Contas a receber de clientes são mensuradas pelo preço de transação. Quando o valor justo de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial difere do preço da transação, o Banco regista os resultados do 1º dia.

iii) Resultados do primeiro dia

Quando o preço da transação é diferente do valor justo de outras transações correntes de mercado observáveis no mesmo instrumento, ou baseado em uma técnica de avaliação cujas variáveis incluem apenas dados de mercados observáveis, o Banco reconhece imediatamente a diferença entre o preço da transação e o valor justo (os resultados do primeiro dia) nos lucros ou prejuízos - "ganhos / (perdas) líquidos da negociação". Nos casos em que o valor justo é determinado usando dados que não são observáveis, a diferença entre o preço da transação e o valor do modelo somente é reconhecida no resultado quando os insumos se tornam observáveis, ou quando o instrumento é desreconhecido.

iv) *Vencimentos de bancos e empréstimos e adiantamentos aos clientes*

Os valores devidos por bancos e empréstimos e adiantamentos aos clientes incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado activo, sendo mensurados ao custo amortizado, observando as seguintes condições:

- Os activos financeiros são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros em ordem para recolher fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros (SPPI) sobre o valor principal em aberto.

v) Passivos financeiros

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

c) Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

i) Desreconhecimento por modificação substancial de prazos e contratos:

O Banco desreconhece um activo financeiro, como um empréstimo a um cliente, quando os termos e condições forem renegociados na medida em que, substancialmente, se torne um novo empréstimo, com a diferença reconhecida como um ganho ou perda desreconhecível, na medida em que uma perda por redução ao valor recuperável ainda não foi registada. Os novos empréstimos reconhecidos são classificados como Fase 1 para fins de mensuração de

ECLs. POCI – Activos com perda de crédito comprados ou originados são activos financeiros que estão com problemas de crédito no reconhecimento inicial.

O Banco considera os seguintes factores ao avaliar se deve ou não desreconhecer um empréstimo ao cliente:

- Mudança na moeda do empréstimo
- Introdução de um recurso de patrimônio
- Alteração na contraparte
- Se a modificação permitir que o instrumento deixe de atender ao critério de SPPI

ii) *Desreconhecimento que não seja para modificação substancial de ativos financeiros*

Um ativo financeiro é desreconhecido quando os direitos de receber fluxos de caixa dos ativos financeiros tiverem expirado. O Banco também desreconhece os ativos financeiros se ambos tiverem transferido o ativo financeiro e as transferências se qualificarem para desreconhecimento.

O Banco transferiu o ativo financeiro se:

- Transferiu seus direitos contratuais para receber fluxos de caixa do ativo financeiro, ou
- Reteve os direitos sobre os fluxos de caixa, mas assumiu a obrigação de pagar integralmente o fluxo de caixa recebido, sem atrasos materiais, aos terceiros sob um acordo de repasse.

iii) *Desreconhecimento, excepto por modificação substancial de passivos financeiros*

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação sob o passivo é descartada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo original e do reconhecimento de uma nova responsabilidade. A diferença entre o valor contabilístico do passivo financeiro original e a contrapartida paga é reconhecida no resultado.

d) Determinação do valor justo

O banco avalia os instrumentos financeiros, ao valor justo em cada data de relato. O valor justo é o preço que seria recebido na venda de um activo ou será pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorre em:

- No mercado principal para o ativo ou passivo, ou
- Na ausência de mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo

O mercado principal ou o mais vantajoso deve ser acessível pelo Banco.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado usando-se as premissas que os participantes do mercado usariam ao precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado actuam em seu melhor interesse económico.

A mensuração do valor justo de um activo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado de gerar benefícios económicos usando o ativo no seu mais alto e melhor uso ou vendendo-o ao outro participante do mercado que usaria o activo no seu mais alto e melhor uso.

O Banco utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais existem dados suficientes para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são classificados na hierarquia de valor justo, descrita a seguir, com base no menor nível de entrada que seja significativo para a mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 – Preços de mercado cotados (não ajustados) nos mercados activos para activos ou passivos idênticos
- Nível 2 – Técnicas de avaliação para as quais a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo é direta ou indiretamente observável
- Nível 3 – Técnicas de avaliação para as quais a entrada de nível mais baixo que é significativa para a mensuração do valor justo não é observável

Para os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados de forma recorrente, o Banco determina se as transferências ocorreram entre os Níveis na hierarquia, reavaliando a categorização (com base no menor nível de entrada que seja significativo para a mensuração do valor justo como um todo) no final de cada período de relatório.

e) Imparidade de ativos financeiros

A adoção da IFRS 9 alterou o método de perda por imparidade ao valor recuperável do empréstimo do Banco, substituindo a abordagem de perda incorrida da IAS 39 por uma abordagem de ECL voltada para o futuro. O Banco registou a provisão das perdas de crédito esperadas para todos os empréstimos e outros ativos financeiros de dívida não detidos na FVPL, juntamente com os compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira, mencionados nesta seção como instrumentos financeiros. Os instrumentos de capital não estão sujeitos a imparidade de acordo com a IFRS 9.

As principais definições dos elementos utilizados para o cálculo da ECL são as seguintes:

A Probabilidade de Inadimplência é uma estimativa da probabilidade de inadimplência em um determinado horizonte temporal. Uma inadimplência só pode ocorrer em um determinado momento durante o período avaliado, se o crédito não tiver sido anteriormente desreconhecido e ainda estiver na carteira.

A Exposição à Inadimplência é uma estimativa da exposição em uma data de inadimplência futura, levando em consideração as mudanças esperadas na exposição após a data de relato, incluindo reembolsos da capital e pagamento de juros e quaisquer outros saques esperados em créditos consolidados.

O cálculo da perda dado o incumprimento (LGD) é uma estimativa da perda que surge no caso em que um inadimplência ocorre em um determinado momento. Baseia-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, incluindo a realização de quaisquer garantias ou melhorias de crédito que sejam parte integrante do empréstimo.

O Banco considera que a exposição de um cliente está inadimplente quando o tomador fica 90 dias atrasado em seus pagamentos contratuais. O Banco considera inadimplentes os saldos de tesouraria e interbancários e toma medidas imediatas quando os pagamentos intradiários exigidos não são liquidados até o fecho dos negócios, conforme descrito nos contratos individuais.

A ECL é calculada pela multiplicação dos principais elementos mencionados acima (PD; EAD e LGD) ponderados pela exposição do cliente. Alguns ajustes são feitos para incorporar outros riscos esperados, como comportamento macroeconómico ou político.

Os clientes são agrupados de acordo com as técnicas de classificação e segmentação do banco. Essas podem ser resumidas nos seguintes segmentos: Corporativo, Individual, Funcionários, Funcionários Públicos e Instituições Financeiras.

A provisão para perdas com crédito esperada é baseada nas perdas de crédito esperadas durante a vida do activo, a menos que não tenha havido aumento significativo no risco de crédito desde a origem, neste caso a provisão é baseada na perda esperada de crédito de 12 meses.

A perda de crédito esperada de 12 meses é a parte da perda de crédito esperada para a vida inteira que representa a perda de crédito esperada que resulta em eventos de inadimplência num instrumento financeiro que é possível dentro dos 12 meses após a data de relato.

Tanto a perda esperada de crédito ao longo da vida, quanto a perda esperada de crédito de 12 meses são calculadas individualmente ou coletivamente, dependendo da natureza da carteira subjacente de instrumentos financeiros.

O Banco estabeleceu uma política de realização de uma avaliação, no final de cada período de relatório, caso o risco de crédito de um instrumento financeiro aumente significativamente desde o reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco de inadimplência ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro. O Banco identifica um aumento significativo no risco de crédito com base na avaliação dos elementos quantitativos e qualitativos relacionados com o activo financeiro através da monitorização contínua de todos os activos sujeitos à LCE. O Banco considera uma exposição significativamente aumentada no risco de crédito quando a PD da vida útil do IFRS 9 dobra desde o reconhecimento inicial.

Com base no processo acima, o Banco agrupa os empréstimos conforme descrito abaixo:

- Etapa 1 – Quando os empréstimos são inicialmente reconhecidos, o Banco reconhece uma provisão com base na perda de crédito esperada de 12 meses, incluindo também os empréstimos em que o risco de crédito melhorou e o empréstimo foi reclassificado da etapa 2.
- Etapa 2 – Quando um empréstimo mostra um aumento significativo no risco de crédito desde a originação, o Banco regista uma provisão para a perda esperada de crédito ao longo da vida, também inclui empréstimos onde o risco de crédito melhorou e o empréstimo foi reclassificado da etapa 3.
- Etapa 3 – Empréstimos considerados com perda de crédito, o Banco regista uma provisão para perda de crédito esperada para a vida inteira e para os ativos da Etapa 3, sua receita de juros é calculada sobre o valor contabolístico líquido.
- POCI — Activos com perda de crédito comprados ou originados são activos financeiros que estão com perda de crédito no reconhecimento inicial. Os ativos da POCI são registados pelo valor justo no reconhecimento original e a receita de juros é subsequentemente reconhecida com base na taxa de juros efetiva ajustada pelo crédito. O banco reconhece a ECL vitalícia desses ativos, sendo colocado em observação na Etapa 3 com avaliação contínua.

i) *Instrumentos de dívida mensurados ao valor justo através de OCI*

A perda de crédito esperada para instrumentos de dívida mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes não reduz o valor contabilístico desses activos financeiros no balanço patrimonial, que permanece no valor justo. Em vez disso, uma quantia igual à provisão que surgiria se os ativos fossem mensurados ao custo amortizado é reconhecida em outros resultados abrangentes como um valor acumulado de uma redução no valor recuperável, com uma despesa correspondente ao resultado. A perda acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes é reciclada para o resultado quando do desreconhecimento dos ativos.

ii) *Ativos financeiros com perda de crédito comprados ou originados*

Para ativos financeiros com perda adquirida ou com crédito originado, o Banco somente reconhece as variações acumuladas na perda esperada de crédito ao longo da vida desde o reconhecimento inicial na provisão para perdas.

iii) *Cartões de crédito e outras facilidades rotativas*

O Banco oferece uma variedade de produtos corporativos e de retalho, como cheque especial e outras facilidades, em relação aos quais o Banco tem o direito de cancelar e / ou reduzir estas facilidades imediatamente. O Banco não limita sua exposição a perdas de crédito com o período de aviso contratual, mas calcula a perda de crédito esperada durante um período que reflete a expectativa do Banco sobre o comportamento do cliente, sua probabilidade de inadimplência e os procedimentos futuros de mitigação de risco do Banco, que pode incluir a redução ou cancelamento das facilidades.

iv) *Informação futura*

Nos seus modelos de perdas de crédito esperados, o Banco conta com ampla variedade de informações futuras como insumos económicos, tais como:

- Crescimento do PIB
- Taxas de desemprego
- Taxas básicas do Banco Central
- Índices de preços de habitação.

Estas entradas e modelos utilizados para o cálculo das perdas de crédito esperadas nem sempre podem capturar todas as características do mercado na data das demonstrações financeiras. Para refletir isso, ajustes ou sobreposições qualitativas são ocasionalmente feitos como ajustes temporários quando essas diferenças são significativas.

v) *Valorização de garantias*

O Banco procura utilizar garantias, sempre que possível, para mitigar seus riscos sobre ativos financeiros. A garantia vem em várias formas, tais como dinheiro, valores mobiliários, cartas / garantias de crédito, imóveis, contas a receber, stock, outros activos não financeiros e reforço de crédito, tais como acordos de compensação. O valor justo da garantia é geralmente avaliado, no mínimo, no início e com base no cronograma de divulgação trimestral do Banco, no entanto, algumas garantias, por exemplo, dinheiro ou títulos relacionados a exigências de margens, são avaliadas diariamente.

Na medida do possível, o Banco usa dados de mercado activo para avaliar activos financeiros, mantidos como garantia. Outros activos financeiros que não têm um valor de mercado prontamente determinável são avaliados usando modelos. As garantias não financeiras, como imóveis, são avaliadas com base em dados fornecidos por terceiros, como corretores de

hipotecas, índices de preços de imóveis, demonstrações financeiras auditadas e outras fontes independentes.

vi) *Garantias recuperadas*

A política do Banco é determinar se um ativo recuperado é melhor utilizado para suas operações internas ou se deve ser vendido. Activos determinados como úteis para as operações internas são transferidos para a respectiva categoria de activos pelo menor valor recuperado ou pelo valor contabilístico garantido do activo original. Activos que são determinados para serem vendidos são imediatamente transferidos para activos mantidos para venda pelo seu valor justo na data de reintegração de posse, de acordo com a política do Banco.

vii) *Anulações*

Os ativos financeiros são anulados parcialmente ou na sua totalidade somente quando o Banco deixou de procurar a sua recuperação. Se o valor a ser anulado for maior do que a provisão para perda acumulada, a diferença é primeiro tratada como um acréscimo à provisão que é então aplicada contra o valor contabilístico bruto. Quaisquer recuperações subsequentes são creditadas em uma despesa de perda de crédito menos os dispêndios necessários para liquidar qualquer obrigação financeira que surja como resultado da garantia associada a esse ativo.

f) Instrumentos financeiros de compensação

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legalmente executável de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de os liquidar em uma base líquida, ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

g) Garantias financeiras

No curso normal dos negócios, o Banco oferece garantias financeiras, consistindo em cartas de crédito, garantias e aceitações. As garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações financeiras (dentro de "Outros passivos") pelo valor justo, sendo o prêmio recebido.

Após o reconhecimento inicial, o Banco aplica o maior valor entre o valor da provisão para perdas ou o valor inicialmente reconhecido menos, quando apropriado, o valor acumulado do lucro reconhecido de acordo com os princípios do IFRS 15.

h) Reconhecimento de receita e despesa

O Banco reconhece a receita para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos ao cliente em um valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Os seguintes critérios específicos de reconhecimento também devem ser considerados antes da receita ser reconhecida:

i) *Receitas e despesas de juros e similares*

Para todos os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, a receita ou despesa de juros é registada pelo método da taxa efetiva de juros, que é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou um período mais curto de que os activos com imparidade de crédito.

Quando um ativo financeiro se torna prejudicado no crédito e é, portanto, considerado como a "Etapa 3", o Banco calcula a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado líquido do activo financeiro. Se os activos financeiros curarem e não estiverem mais com problemas de crédito, o Banco recalculará os valores de juros em termos brutos.

ii) As taxas e receitas de comissões

O Banco recebe receita de honorários e comissões de serviços que presta aos seus clientes. A receita de taxas pode ser dividida nas duas categorias seguintes:

Receita de taxa obtida de serviços que são fornecidos durante um certo período de tempo:

As comissões recebidas dos serviços prestados durante um período de tempo são acumuladas ao longo desse período. Essas taxas incluem receitas de comissões cobradas na prestação de serviços, como a emissão de Garantias Bancárias e Cartas de Crédito.

Receita de taxa pela prestação de serviços de transação:

As taxas são reconhecidas como receita quando um acto significativo foi concluído.

iii) Receita líquida de negociação

Receita líquida de negociação inclui ganhos e perdas decorrentes de transações em moeda estrangeira e conversão de itens monetários em moeda estrangeira.

i) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa referidos na demonstração dos fluxos de caixa incluem caixa, saldos irrestritos mantidos junto do Banco de Moçambique e quantias devidas de outros bancos ao pedido e investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento de três meses ou menos e mensurados pelo custo amortizado.

j) Propriedades, fábricas e equipamentos (imobilizado)

As propriedades, fábricas e equipamentos (o imobilizado), excepto os edifícios que são mensurados pelo modelo de reavaliação, são registados ao custo, deduzido de qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por valor recuperável.

O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor contabilístico do item se for provável que os benefícios económicos futuros incorporados na parcela serão transferidos para o Banco e o seu custo pode ser mensurado com segurança. Os custos do serviço diário do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para registar o custo do imobilizado aos seus valores residuais ao longo de sua vida útil estimada. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos activos são revisados e ajustados prospectivamente, se apropriado, a cada data de relatório. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Anos
Edíficios	20 - 50
Obras em edíficios arrendados	4 - 6
Equipamentos	4 – 10

Um item do imobilizado é desreconhecido quando da alienação ou quando não há benefícios económicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do activo (calculado como sendo a diferença entre o valor da venda e o valor contabilísyico do ativo) é reconhecido em "Outras receitas operacionais" ou "Outras despesas operacionais" no resultado do exercício em que o activo for desreconhecido.

k) Activos incorpóreos

Ativos incorpóreos incluem o valor do software de computador. O software adquirido pelo Banco é apresentado ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por imparidade acumuladas.

Os gastos com software desenvolvido internamente são reconhecidos como um ativo quando o Banco consegue demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento e usar o software de uma maneira que gere benefícios económicos futuros, e possa mensurar com segurança os custos para concluir o desenvolvimento. Os custos capitalizados do software desenvolvido internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento do software e são amortizados durante sua vida útil. Softwares desenvolvidos internamente são demonstrados ao custo capitalizado, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização é reconhecida no resultado linearmente durante a vida útil estimada do software, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada do software é de 3 anos.

Um item do activo intangível é desreconhecido aquando da alienação ou quando não são esperados benefícios económicos futuros da sua utilização ou alienação.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o produto da venda e o valor contabilísitico do ativo) é reconhecido em "Outras receitas operacionais" ou "Outras despesas operacionais" no resultado do exercício em que o ativo é desreconhecido.

l) Depreciação de ativos não financeiros

O Banco avalia em cada data de apresentação ou com maior frequência se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contabilísitico pode estar com problemas de valor, se há uma indicação de que um activo não financeiro pode estar com problemas de recuperabilidade. Se tal indicação existir, ou quando o teste anual de redução ao valor recuperável de um activo for requerido, o Banco fará uma estimativa do valor recuperável do activo. Quando o valor contabilísitico de um activo (ou unidade geradora de caixa) excede seu valor recuperável, o activo (ou unidade geradora de caixa) é considerado em imparidade e é baixado ao seu valor recuperável.

Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações actuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do activo. Na determinação do valor justo menos custos de alienação, transações recentes de mercado são consideradas. Se tais transações não puderem ser identificadas, um modelo de avaliação apropriado será usado.

Para ativos excluindo a ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de relato para determinar se existe uma indicação de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicação existir, o Banco estima o valor recuperável do activo ou da CGU. Uma perda por imparidade previamente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma alteração nos pressupostos utilizados para determinar a quantia recuperável do activo desde que a última perda por imparidade foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do axtivo não exceda seu valor recuperável, nem exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso não tivesse sido reconhecida perda no valor recuperável do ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração do resultado.

m) Impostos

i) Imposto corrente

Os activos e passivos por impostos correntes dos anos correntes e anteriores são medidos pelo montante que se espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular a quantia são aquelas que são promulgadas ou substancialmente promulgadas até a data do balanço.

ii) Imposto diferido

O imposto diferido é provisionado sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de activos e passivos e seus valores contabilísticos para fins de divulgação financeira. Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial do ágio ou de um activo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e, no momento da transação, não afeta o lucro contabilístico, nem o lucro ou prejuízo tributável; e
- relativamente a diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em subsidiárias e associadas, em que a tempestividade da reversão das diferenças temporárias pode ser controlada e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro previsível.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos fiscais não usados e prejuízos fiscais não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível contra o qual as diferenças temporárias dedutíveis e o transporte de créditos fiscais não utilizados e prejuízos fiscais não utilizados podem ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado à diferença temporária dedutível decorre do reconhecimento inicial de um activo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e, no momento da transação, não afeta o lucro contábil nem o lucro ou prejuízo tributável.
- Em relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro previsível e o lucro tributável esteja disponível contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos activos é revisado em cada data do balanço e reduzido na extensão em que não é mais provável que os lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir

que todo ou parte do activo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos activos não reconhecidos são reavaliados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo fiscal diferido seja recuperado.

Impostos diferidos activos e passivos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar no exercício em que o activo é realizado ou o passivo é liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço.

O imposto corrente e o imposto diferido relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido e não no resultado.

Impostos diferidos ativos e passivos fiscais diferidos são compensados se existir um direito legalmente executável de compensar os activos fiscais correntes contra passivos fiscais correntes e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e à mesma autoridade tributária.

n) Arrendamentos

A determinação se um acordo é ou contém um arrendamento baseia-se na substância do acordo na data de início e requer uma avaliação se o cumprimento do acordo é dependente do uso de um activo ou activos específicos e se o acordo transmite um direito de usar o activo.

Arrendamentos operacionais – Banco como locatário

Quaisquer rendas a pagar são reconhecidas no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento e qualquer diferença entre a despesa linear e o pagamento real do arrendamento é contabilizada como um activo ou passivo de arrendamento mercantil operacional quando um leasing operacional é rescindido antes do vencimento do período de locação, qualquer pagamento a ser feito ao arrendador, a título de penalidade, é reconhecido como despesa no período em que a rescisão ocorre.

o) Dividendos sobre ações ordinárias

Os dividendos em acções ordinárias são reconhecidos como um passivo e deduzidos do capital próprio quando são aprovados pelos accionistas do Banco. Dividendos intermediários são deduzidos do património líquido quando são declarados e não mais a critério do Banco.

p) Reservas Patrimoniais

As reservas registadas no capital próprio na demonstração da posição financeira do Banco incluem a reserva de risco de crédito que representa as provisões mínimas necessárias para cobrir os riscos adicionais exigidos pelo Banco de Moçambique para o sector bancário local.
Em conformidade com a legislação moçambicana, o Banco deve atribuir anualmente a uma reserva legal, não menos de 15% do lucro antes de impostos, após o pagamento de impostos, até que esta reserva seja igual ao montante de capital.

q) Norma emitida mas não efetiva

A norma arrendamento IFRS 16

O IASB emitiu a norma Arrendamento IFRS 16, que exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos em seus balanços patrimoniais. Os arrendatários terão um modelo contabilístico único para todos os arrendamentos, com certas isenções. A contabilidade da locadora é substancialmente inalterada. A norma contém requisitos adicionais de divulgação para contratos de arrendamento celebrados. A nova norma entrará em vigor a partir de 1 de janeiro de 2019, com aplicação antecipada limitada permitida. O impacto da nova norma sobre as demonstrações financeiras do Banco ainda deve ser avaliado.

Transição e impacto: A aplicação da norma IFRS 16 não exige um ajuste retrospectivo e não há necessidade de reapresentar informações comparativas. O impacto da IFRS 16 para o Banco é de MZN 14.768.095 no balanço e não esperamos impacto na demonstração de resultados. O ativo capitalizado do direito de uso consistirá principalmente de propriedade de escritório, nomeadamente filiais e outros contratos de arrendamento relacionados com negócios do banco. O resultado dos ativos de direito de uso e os correspondentes passivos de arrendamento são trazidos para a SOFP.

1.4. Alterações de políticas contabilísticas

a. Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício

O Banco adoptou de forma efectiva as IFRS 9, IFRS 7 e IFRS 15 pela primeira vez a partir de 1 de Janeiro de 2018. O Banco não previu qualquer adoção de norma, interpretação ou emenda que tenha sido emitida de forma efectiva.

i) IFRS 9 Instrumentos financeiros

Em Julho de 2014, o IASB emitiu o IFRS 9 Instrumentos Financeiros para substituir o IAS 39 para períodos anuais posteriores a 1 de Janeiro de 2018. O Banco não apresentou informações comparativas para os instrumentos financeiros de 2017 no escopo do IFRS, a informação comparativa é reportada no IAS 39 e não é comparável com a informação apresentada para 2018.

ii) Alteração na classificação e mensuração

Este normativo, inicialmente publicado pelo IASB em Novembro de 2009 e posteriormente republicado em Julho de 2014, tem como objetivo a substituição por etapas da IAS 39 – "Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração". Foram introduzidas alterações aos critérios de classificação e mensuração de activos financeiros, registo de imparidade, aplicação de contabilidade de cobertura (excluindo macro hedging), e desreconhecimento de instrumentos financeiros.

De acordo com a IFRS 9 - "Instrumentos financeiros" os activos financeiros podem ser classificados em três categorias com diferentes critérios de mensuração (custo amortizado, justo valor por contrapartida de resultados e justo valor por contrapartida de outro rendimento integral).

A classificação dos activos depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio associado aos mesmos.

No que diz respeito às características dos fluxos de caixa contratuais, o critério consiste em avaliar se os mesmos apenas refletem o pagamento de capital e juros (SPPI - Solely Payments of Principal and Interest).

Quanto ao modelo de negócio associado, a norma identifica dois com relevância para a actividade desenvolvida pelo Banco:

- modelo de negócio cujos objetivos são atingidos através da obtenção dos fluxos de Caixa contratuais do activo (Hold to collect); e,
- modelo de negócio cujos objetivos são alcançados tanto através da obtenção dos fluxos contratuais do activo como através da sua venda (Hold to collect and sell):
    - Custo amortizado: nesta categoria são classificados os ativos que sejam SPPI e cujo modelo de negócio seja "Hold to Collect";
    - Justo valor por contrapartida de outro rendimento integral: Nesta categoria foram classificados os ativos SPPI cujo modelo de negócio é "Hold to collect and sell";
    - Justo valor por contrapartida de resultados: devem ser classificados nesta categoria activos que não cumprem o teste SPPI ou cujo modelo de negócio não seja "Hold to collect" ou "Hold to collect and sell". Poderão ser classificados nesta categoria activos financeiros que, de acordo com os critérios da IFRS 9 - "Instrumentos financeiros" seriam classificados ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral desde que tal permita reduzir o mismatch contabilístico. O Banco, na transição para a IFRS 9 – "Instrumentos financeiros", não classificou activos financeiros ao justo valor por resultados decorrente da aplicação desta opção.

As regras da IFRS 9 - "Instrumentos financeiros" para a classificação e mensuração de passivos financeiros não sofrem alterações significativas relativamente à IAS 39 – "Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração"

	IAS 39 mensuração		Re - classificação	Re - mensuração		IFRS 9	
	Categoria	Montante		ECL	Outro	Montante	Categoria
Activos financeiros							
Caixa e disponibilidade no Banco Central	E&CR	54 377 268				54 377 268	CA
Disponibilidades em outras instituições de crédito	E&CR	0				0	CA
Activos financeiros disponiveis para venda	E&CR	2 682 288				2 682 288	FVOCI
Activos financeiros detidos até a maturidade	E&CR	163 853 485				163 853 485	CA
Empréstimos e adiantamentos a clientes	E&CR	1 107 360 891		(7 061 591)		1 100 299 300	CA
Activos financeiros detidos até a maturidade	E&CR	163 853 485				163 853 485	CA
Total de activos financeiros	**E&CR**	**1 492 127 417**	**0**	**-7 061 591**	**0**	**1 485 065 826**	**CA**
Passivos financeiros							
Recursos de outras instituições de crédito	CA	189 500 196				189 500 196	CA
Recursos de clientes	CA	1 219 818 500				1 219 818 500	CA
Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos	CA	16 531 374				16 531 374	CA
Total de passivos financeiros	**CA**	**1 425 850 070**	**0**	**0**	**0**	**1 425 850 070**	**CA**

iii) <u>Alterações no cálculo das imparidades</u>

A IFRS 9 alterou fundamentalmente a contabilização do Banco em relação a perdas com créditos, substituindo a abordagem de perda incorrida da IAS 39 por uma abordagem de perda de crédito esperada para o futuro. O IFRS 9 exige que o Banco registre uma provisão para perda esperada de crédito para todos os empréstimos e outros ativos financeiros de dívida que não sejam mantidos pelo valor justo por meio do resultado, juntamente com os compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira. A provisão baseia-se na perda de crédito esperada associada à probabilidade de inadimplência nos próximos doze meses, a menos que tenha havido um aumento significativo no risco de crédito desde a originação. Se o ativo financeiro atende à definição de crédito comprado ou originado com redução ao valor recuperável, a provisão é baseada na mudança na perda esperada de crédito ao longo da vida do ativo.

iv) *IFRS 7*

Para refletir a diferença entre o IFRS 9 e o IAS 39, IFRS 7 Instrumentos Financeiros, a divulgação foi atualizada e o Banco adotou-o, juntamente com o IFRS 9, para o ano que se inicia em 1º de janeiro de 2018.

v) *IFRS 15 – "Proveitos de contratos com clientes"*

Este normativo, publicado pelo IASB em maio de 2014, especifica a forma e temporalidade de registo dos proveitos, informando igualmente quanto aos requisitos de divulgação a respeitar pelas entidades sujeitas à sua aplicação. A IFRS 15 – "proveitos de contratos com clientes" prevê um modelo de reconhecimento assente em cinco princípios, cuja aplicação deverá ser extensível a todas as relações contratuais estabelecidas com clientes. O impacto da sua aplicação não é material.

2. Margem financeira

A margem financeira é apresenta a seguinte decomposição:

	2 018	2017
Juros e rendimentos similares		
Juros e rendimentos similares de empréstimos e adiantamento a	329 448 630	284 586 979
Juros e gastos similares de empréstimos e adiantamentos a	53 256 065	2 866 539
Juros e rendimentos similares de activos financeiros ao custo	73 704 043	61 908 833
Outros juros e rendimentos similares	93 839	13 463
	456 502 577	*349 375 813*
Juros e gastos similares		
Juros e gastos similares de recursos de clientes	198 028 488	131 694 972
Juros e gastos similares de recursos de outras instituições de crédito	9 378 078	39 785 730
Outros juros e gastos similares	33 549 239	37 183 387
	240 955 805	*208 664 089*
	215 546 772	***140 711 724***

3. Resultados com serviços e comissões

A rubrica referente a resultados com serviços e comissões apresenta a seguinte decomposição:

	2018	2017
Rendimentos de serviços e comissões		
Rendimentos de comissões de garantias e avales	14 334 696	9 048 659
Rendimentos de comissões de serviços bancários	10 852 215	15 153 496
Outros rendimentos de serviços e comissões	8 585 704	6 141 285
	33 772 615	*30 343 441*
Gastos com serviços e comissões		
Gastos com comissões sobre garantias recebidas	2 664 849	5 610 421
Outros gastos com serviços e comissões	537 666	1 562 881
Gastos com comissões de serviços recebidos	7 711 213	970 640
	10 913 729	*8 143 942*
	22 858 886	***22 199 499***

A rubrica de outros rendimentos de serviços e comissões é composta por:

	2018	2017
Outros rendimentos de serviços e comissões		
Seguros	1 952 655	999 552
Transferências para o estrangeiro	4 370 549	3 052 678
Emissão de cartões	1 376 367	823 489
Outros	886 132	1 265 566
	8 585 704	*6 141 285*

4. Resultado com operações financeiras

A rubrica referente a resultado com operações financeiras diz respeito a resultado proveniente das operações cambiais:

	2018	2017
Rendimentos e ganhos com operações financeiras		
Rendimentos e ganhos com operações cambiais	764 491 746	760 829 836
	764 491 746	*760 829 836*
Gastos e perdas com operações financeiras		
Gastos e perdas com operações cambiais	716 813 064	720 195 359
	716 813 064	*720 195 359*
Resultado com operações financeiras	***47 678 682***	***40 634 477***

5. Gastos com pessoal

A rubrica gastos com pessoal apresenta a seguinte decomposição:

	2018	2017
Salários e subsidios	120 576 615	104 963 387
Outros encargos com pessoal	4 381 867	3 850 485
	124 958 481	***108 813 872***

6. Outros gastos operacionais

O saldo desta rubrica é decomposto como se segue:

	2018	2017
Avenças e honorários	33 331 507	29 246 469
Consumiveis	5 480 500	5 164 594
Rendas e alugueres	20 025 394	19 234 316
Água, energia e combustível	5 208 122	4 071 573
Deslocações, estadas e despesas de	13 552 417	6 655 400
Vigilância e segurança de instalações	3 894 692	3 467 360
Impostos indirectos	19 695 899	7 766 512
Multas e penalizações	383 200	5 011 805
Donativos e contribuições	2 681 130	676 242
Comunicações	10 768 802	10 400 405
Outros	25 800 841	12 755 486
	140 822 504	*104 450 162*

Os impostos indirectos dizem respeito a tributação a taxa de 20% sobre os juros recebidos provenientes de bilhetes de tesouro. Estes foram emitidos em 2014 pela Autoridade Tributária. O Banco de Moçambique efectua a retenção na fonte e o valor liquido de imposto é pago ao banco.

A rubrica outros inclui o seguinte:

	2018	2017
Fotocópias e encardenação	317 939	348 118
Seguros	1 061 319	1 156 409
Serviços de higiene e conforto	891 063	910 924
Transporte de valores	646 790	464 355
Formação	1 325 928	-
Brindes	1 771 180	1 013 055
Despesas com marketing e publicidade	1 471 108	461 525
Perdas de juros e encargos de exercicios anteriores	10 083 305	2 544 336
Outros	8 232 209	5 856 765
	25 800 841	*12 755 486*

7. Outros rendimentos operacionais

Esta rubrica é apresentada com a seguinte decomposição:

	2018	2017
Recuperação de empréstimos e adiantamentos à clientes	15 290 093	9 037 799
Ganhos na venda de activos tangiveis (notas 18,19)	0	200 000
Outros	8 253 913	16 030 042
	23 544 005	***25 267 841***

O aumento da recuperação dos empréstimos e adiantamentos a cliente diz respeito aos juros e capital que foram recuperados de algumas exposições que se encontravam em incumprimento. Estas foram na sua maioria relacionados com funcionários públicos cujo pagamento das rendas foram atrasados pela entidade responsável de o fazer.

8. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento era o seguinte:

	2018	2017
Impostos correntes	-	-
Impostos diferidos	461 072	461 072
	461 072	***461 072***

8.1 A reconcialição da taxa efectiva de imposto é apresentada como se segue:

De acordo com a legislação fiscal, as perdas fiscais expiram ao fim de cinco anos. Desse modo, as perdas referentes ao exercicio de 2018 podem ser utilizadas até 2023.

O activo por imosto diferido no valor de 171.640.470 Meticais não foi reconhecido uma vez que o Conselho de Administração não acredita que os criterios de reconhecimento Segundo IAS 12 tenham sido observados.

8.2 Os movimentos nos impostos diferidos são os que constam no quadro abaixo:

	2017	Demonstração de resultados		Capital próprio		2018
		Gastos e perdas	Rendimentos e ganhos	Aumento	Redução	
Passivos por impostos diferidos						
Reavaliação de activos por passivo	(11 528 741)	-	461 072		-	(11 067 669)
	(11 528 741)	**-**	**461 072**	**-**	**-**	**(11 067 669)**
			461 072		-	

	2016	Demonstração de resultados		Capital próprio		2017
		Gastos e perdas	Rendimentos e ganhos	Aumento	Redução	
Passivos por impostos diferidos						
Reavaliação de activos por passivo	(11 989 813)		461 072	979 777	(979 777)	(11 528 741)
	(11 989 813)	**-**	**461 072**	**979 777**	**(979 777)**	**(11 528 741)**
			461 072		-	

O passivo por imposto diferido é referente aos edificios mensurados pelo modelo de reavaliação (Nota 17).

9. Caixa e disponibilidade no Banco Central

A rubrica Caixa e disponilidade no Banco Central é apresenta a seguinte decomposição:

	2018	2017
Caixa		
Moeda nacional	23 224 211	11 179 588
Moeda estrangeira	29 199 692	11 362 650
	52 423 903	**22 542 238**
Saldo no Banco de Moçambique		
Moeda nacional	163 224 809	21 059 066
Moeda estrangeira	27 111 160	10 775 964
	190 335 969	**31 835 030**
	242 759 872	***54 377 268***

O saldo de disponibilidades junto do Banco de Moçambique visa satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa nos termos do aviso nº 12/GBM/2017 e estas são calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas. Em 31 de Dezembro de 2018, o coeficiente de reservas obrigatórias para os depósitos em moeda nacional era de 14% e 27% para os depósitos em moeda estrangeira (14% para moeda nacional e moeda estrangeira em 31 de Dezembro de 2017). O montante de reservas obrigatórias em 31 de Dezembro de 2018 ascendeu a 272.471.824 Meticais (168.967.864 Meticais in 2017).

10. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	2018	2017
Bancos nacionais		
Moeda nacional	8 325 280	23 862 975
Moeda estrangeira	256 319	278 687
	8 581 599	**24 141 662**
Bancos estrangeiros		
Moeda estrangeira	71 218 227	147 783 238
	71 218 227	**147 783 238**
	79 799 826	***171 924 900***

O montante constante nesta rubrica representa os saldos que o banco possui junto de outros bancos.

11. Empréstimos e adiantamentos a bancos

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	2018	2017
Moeda nacional	912 849 563	-
	912 849 563	-

O saldo desta rubrica representa o conjunto de aplicações a muito curto prazo no mercado monetário interbancário bem como depósito a prazo junto de algumas instituições de crédito.

12.1 Activos financeiros disponiveis para venda

No final de 2017 apresentava a seguinte composição:

	2017		
	Valor de aquisição	Efeito do justo valor	Justo valor
Participação			
Sociedade Interbancária Moçambicana (SIMO)	2 682 287	-	2 682 287
Imparidade	-	-	-
	2 682 287	**-**	***2 682 287***

O saldo dos activos financeiros disponíveis para venda, respeita a participação do Banco no capital social da SIMO – Sociedade Interbancária de Moçambique, uma sociedade financeira de compensação de valores que está em curso de criação. O Banco detém 0.5% do capital social da SIMO. Dado que não existe um mercado activo onde o justo valor possa ser mensurado com fiabilidade, este investimento financeiro foi mensurado ao custo. Adicionalmente, com base em toda informação relevante e disponível na data do Balanço, não há prova objectiva de que o activo financeiro esteja em imparidade e, por conseguinte, não foi reconhecido qualquer gasto por imparidade.

12.2 Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

No final de 2018 apresentava a seguinte composição:

	2018		
	Valor de aquisição	Efeito do justo valor	Justo valor
Participação			
Sociedade Interbancária Moçambicana (SIMO)			
Saldo de abertura	2 682 287	-	2 682 287
Aquisições	3 645 264	-	3 645 264
Imparidades	-	-	-
	6 327 551	**-**	***6 327 551***

O incremento registado diz respeito a aquisição de 36,453 acções. O Banco detém 0.5% do capital social da SIMO no valor de 6.327.551 Meticais.

13. Empréstimos e adiantamentos a clientes

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	2018	2017
Moeda nacional		
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1 210 136 270	1 126 304 533
Descobertos em conta	4 057 263	47 122
	1 214 193 533	1 126 351 655
Estágio 2	137 964 928	35 857 650
	1 352 158 461	1 162 209 305
Menos:Imparidade de empréstimo e adiantamento a clientes	(202 244 483)	(54 848 414)
	1 149 913 978	***1 107 360 891***

Abaixo segue a análise de movimentos de empréstimos e adiantamentos a clientes:

	2018				2017
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Total
Rating interno					
Alto	301 207 287	-	-	301 207 287	258 894 147
Médio	-	-	-	-	-
Baixo	820 485 093	-	-	820 485 093	705 224 600
Vencido e não em imparidade	-	6 932 597	-	6 932 597	5 958 716
Vencido e em imparidade	-	-	223 533 485	223 533 485	192 131 841
Total	***1 121 692 380***	***6 932 597***	***223 533 485***	***1 352 158 461***	***1 162 209 304***

Abaixo segue a análise de movimentos de imparidade de empréstimos e adiantamentos a clientes:

	2018			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo de abertura do ECL a 1 Janeiro de 2018	42 884 249	1 132 901	17 892 856	61 910 005
Novos activos financeiros originados ou comprados	155 538 831	22 699 925	108 145 508	286 384 264
Activos financeiros desreconhecidos(não abatidos)	0		(2 632 400)	(2 632 400)
Transferência para estágio 1	0	(22 734 150)	0	(22 734 150)
Transferência para estágio 2	22 734 150		0	22 734 150
Transferência para estágio 3	(143 417 386)	0	143 417 386	0
Abates	0	0	(143 417 386)	(143 417 386)
	77 739 844	***1 098 676***	***123 405 963***	***202 244 483***

Abaixo segue a análise de movimentos de imparidade de empréstimos e adiantamentos a clientes em 2018 e 2017:

	2018	2017
Em 1 de Janeiro	54 848 414	30 902 199
Impacto da adopção da IFRS 9	7 061 591	
Imparidades do exercício	306 791 118	47 871 799
Reversões no ano	(20 406 854)	(23 411 815)
Abates	(143 417 386)	(513 769)
Utilização	(2 632 400)	0
	202 244 483	***54 848 414***

O abate acima é referente a apenas um cliente – Kambeny Comercial Lda, que já se encontrava provisionado a 100%.

As informações mais recentes recebidas sobre esse cliente indicam que o cliente ganhou uma ação judicial contra seus clientes, o que poderia levar a pagamento de indeminização a seu favor. Caso tal ocorra, espera-se que a Kambeny Comercial lda, liquide os valores em divida parcial ou integralmente.

14.1 Activos financeiros detidos até a maturidade

No final de 2017 a rubrica apresentava a seguinte composição:

	2017		
	Valor de aquisição	Efeito do justo valor	Justo valor
Obrigações de tesouro			
Bilhetes de tesouro	117 815 985	-	117 815 985
Obrigações corporativas	46 037 500	-	46 037 500
	163 853 485	**-**	***163 853 485***

Os Bilhetes do Tesouro representam investimentos de curto prazo (91 dias), com juros a uma taxa fixa de 24%, com início em 15 de Novembro de 2017 e com vencimento em 14 de Fevereiro de 2018.

As Obrigações de tesouro representam investimentos a curto prazo (180 dias) com juros a uma taxa fixa de 25%, com início em 27 de Outubro de 2017 e vencimento em 25 de Abril de 2018.

14.2 Activos financeiros ao custo amortizado

No final de 2018 a rubrica apresentava a seguinte composição:

	2018
Activos financeiros ao custo amortizado	
Bilhetes de tesouro	218 390 202
Obrigações de tesouro	76 362 083
Obrigações corporativas	111 133 333
	-
	405 885 618

Os bilhetes de tesouro representam aplicações de curto prazo (91 dias e 181 dias), com juros a uma taxa fixa entre 13,40% e 14,15%, com datas de inicio entre 21 de novembro de 2018 e 26 de dezembro de 2018 e com vencimento entre 20 de fevereiro de 2019 e 22 de maio 2019

As obrigações de corporativas representam o aplicações de longo prazo (3 – 4 anos), com juros a uma taxa fixa de 16% .

15. Outros activos

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	2018	2017
Cheques a cobrar	8 770 028	4 872 988
Despesas com encargo diferido	13 132 177	4 832 315
Adiantamento a fornecedores	805 797	2 883 405
Garantia em depósito	12 000 000	12 000 000
Caução	4 206 956	2 098 002
Outros valores a receber	38 503 896	11 248 712
	77 418 853	*37 935 423*

Outros valores a receber incluem a remuneração que a Geocapital - Gestão de Participações (accionista) concordou em pagar ao Banco no quadro do aumento de capital já realizado. Isto foi solicitado pelos outros accionistas e totalmente acordado pela Geocapital. Também inclui adiantamentos feitos pelo banco a vários fornecedores e prestadores de serviços.

A garantia em depósito está relacionado ao valor adiantado ao Banco Central, conforme explicado na Nota 31.

16. Activos por impostos correntes

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	2018	2017
Pagamento por conta (IRPC)	646 129	1 661 610
Retenções na fonte	4 834 280	2 528 493
	5 480 409	***4 190 103***

17. Activos tangíveis

O movimento dos activos tangíveis é o seguinte:

	Edificios	Equipamentos	Obras em edificios arrendados	Investimentos em curso	Total
Custo:					
Em 1 Janeiro de 2017	64 893 790	75 929 917	28 481 359	3 781 583	173 086 649
Adicções	-	127 484	2 700 176	1 158 027	3 985 687
Abate	-	(1 572 238)	-	-	(1 572 238)
Transferências	-	2 975 306		(2 975 306)	-
31 Dezembro de 2017	64 893 790	77 460 469	31 181 535	1 964 304	175 500 099
Adicções	-	14 037 422	16 352 954	8 882 264	39 272 641
Reavaliações	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
31 Dezembro de 2018	***64 893 790***	***91 497 891***	***47 534 490***	***10 846 569***	***214 772 739***

	Edificios	Equipamentos	Obras em dificios arrendados	Investimentos em curso	Total
Depreciação e imparidade					
Saldo em 1 Janeiro 2017	3 104 307	36 055 459	13 546 807		52 706 574
Depreciação do exercício	1 520 166	9 582 327	1 811 001		12 913 494
Abate	-		-		-
31 Dezembro de 2017	4 624 473	45 637 787	15 357 808	-	65 620 068
Depreciação do exercício	1 520 166	10 669 792	2 582 380		14 772 338
Abate					-
31 Dezembro de 2018	***6 144 638***	***56 307 579***	***17 940 188***	***0***	***80 392 406***
Valor liquido:					
1 Janeiro 2017	61 789 483	39 874 457	14 934 552	3 781 583	120 380 075
31 Dezembro de 2017	60 269 317	31 822 682	15 823 727	1 964 304	109 880 031
31 Dezembro de 2018	***58 749 152***	***35 190 311***	***29 594 302***	***10 846 569***	***134 380 334***

O aumento reflectido em equipamentos refere-se, essencialmente, ao custo de aquisição de

ATM's, notebooks, computadores, mobiliário de escritório, entre outros.

No edifício arrendado a adição refere-se à melhoria efectuadas para abertura de uma nova unidade de negócio no Glória Mall, cujo foco são os segmentos corporate e chinês.

Nenhuma das propriedades do Banco se encontra sujeita a hipoteca em referência a 31 de Dezembro de 2018 e 2017.

O Banco adopta o modelo da reavalorização para todos os imóveis. Em referência a 31 de Dezembro de 2017, os imóveis do Banco foram objecto de uma reavaliação por uma entidade independente para determinar o seu justo valor. O justo valor foi determinado em 60.902.463 Meticais. Embora os imoveis não tenham sido reavaliados durante o exercício, o Conselho de Administração acredita que o valor actual dos imoveis não é muito diferente do valor registado nas contas. O banco reavalia os imóveis a cada 3 anos.

Se os activos tangíveis foram mensurados com base no custo histórico, o custo de aquisição e a depreciação acumulada apresentam-se como segue:

	2018	2017
Custo de aquisição	39 272 641	24 370 771
Depreciações acumuladas	6 990 482	4 660 322
	32 282 158	***19 710 450***

18. Activos intangíveis

O movimento dos activos tangíveis é o seguinte:

	Software	Licenças	Outros	Investimentos em curso	Total
Custo:					
Em 1 Janeiro de 2017	57 142 993	1 151 299		10 709 188	**69 003 480**
Adicções	30 907 700	-	-	5 431 090	**36 338 790**
Transferências		-	-	(10 249 963)	**(10 249 963)**
31 Dezembro de 2017	**88 050 693**	**1 151 299**	**-**	**5 890 315**	95 092 307
Adicções	18 979 094	1 058 579	1 312 740	28 043 886	**49 394 298**
Transferências					-
31 Dezembro de 2018	***107 029 787***	***2 209 878***	***1 312 740***	***33 934 201***	***144 486 605***

	Software	Licenças	Outros		Total
Amortização e imparidade					
Saldo em 1 Janeiro 2017	41 366 429	415 705	-		**41 782 134**
Amortização do exercício	13 319 729	383 728	-		**13 703 457**
31 Dezembro de 2017	**54 686 159**	**799 433**	**-**		**55 485 591**
Amortização do exercício	14 225 158	387 413	218 768		**14 831 339**
31 Dezembro de 2018	***68 911 316***	***1 186 846***	***218 768***		***70 316 930***
Valor liquido:					
1 Janeiro 2017	***15 776 564***	***735 594***	***-***	***10 709 188***	***27 221 345***
31 Dezembro de 2017	***33 364 535***	***351 866***	***-***	***5 890 315***	***39 606 716***
31 Dezembro de 2018	***38 118 470***	***1 023 032***	***1 093 972***	***33 934 201***	***74 169 675***

O saldo em investimentos em curso refere-se à vários projectos tais como: Primavera Modulos RH e Contabilidade, Financa, PFS, Visa – cartões de debito e crédito, etc. Para todos estes projectos o banco espera que sejam concluídos em 2019.

Nenhum Software do Banco se encontra sujeito a penhora em referência a 31 de Dezembro de 2018 e 2017.

19. Recursos de outras instituições de crédito

Os recursos de outras instituições de crédito referem-se a empréstimos de curto prazo concedidos por bancos nacionais.

	2018	2017
Bancos nacionais	10	189 500 196
	10	***189 500 196***

20. Recursos de clientes

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	2018	2017
Depósitos à ordem		
Moeda nacional	600 596 803	304 093 096
Moeda estrangeira	113 701 075	106 546 540
	714 297 879	410 639 636
Depósitos à prazo		
Moeda nacional	1 619 576 015	764 450 676
Moeda estrangeira	59 154 405	44 728 189
	1 678 730 420	809 178 865
	2 393 028 299	*1 219 818 500*

A maturidade dos depósitos e contas correntes apresenta-se como segue:

	2018	2017
Depósitos à ordem	714 297 879	410 639 636
Até 3 meses	722 095 861	527 875 530
Entre 3 meses e um ano	956 634 559	281 303 334
	2 393 028 299	*1 219 818 500*

21. Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	2018	2017
Ico - Institute of Credit	-	16 531 374
Ga-Barclays Bank Pension Fund	116 338 333	-
	116 338 333	*16 531 374*

O montante de 116.000.000 meticais representa as obrigações corporativas emitidas pelo banco no final de 2018.

22. Outros passivos

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	2018	2017
Credores e outros recursos	7 652 164	13 462 985
Outros encargos a pagar	11 017 490	10 222 762
Outros	2 135 419	4 046 429
	20 805 073	*27 732 177*

23. Provisões

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	2018	2017
Litígios	2 604 144	2 604 144
Férias	177 934	177 934
	2 782 078	2 782 078

24. Capital social

A 31 de Dezembro de 2018, o capital social do Banco Mais encontra-se totalmente subscrito e realizado. Durante o ano, o capital social aumentou em 600.000.000 Meticais, através da emissão de 60.000.000 acções ordinárias, de 10 Meticais cada.

O capital social do Banco apresenta a seguinte estrutura accionista:

2018	Número de acções	Valor nominal	Capital Social	% participação no capital
Shareholder				
Bison Capital Holding Company Limited	60 000 000	10	600 000 000	48,00%
Geocapital-Gestão de Participacões S.A.	31 289 788	10	312 897 880	25,03%
Africinvest Financial Sector Limited	28 213 020	10	282 130 200	22,57%
Gildo Dos Santos Lucas	2 726 876	10	27 268 760	2,18%
Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade	1 899 299	10	18 992 990	1,52%
Outros	871 017	10	8 710 170	0,70%
	125 000 000		*1 250 000 000*	*100,00%*

2017	Número de acções	Valor nominal	Capital Social	% participação no capital
Shareholder				
Geocapital-Gestão de Participacões S.A.	31 289 788	10	312 897 880	37,27%
Africinvest Financial Sector Limited	28 213 020	10	282 130 200	52,50%
Gildo Dos Santos Lucas	2 726 876	10	27 267 760	5,07%
Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade	1 899 299	10	18 992 990	3,53%
Outros	871 017	10	8 711 140	1,62%
	65 000 000		*649 999 970*	*100,00%*

25. Reservas

As reservas são apresentadas como se segue:

	2018	2017
Reserva de reavaliação	25 822 862	25 822 862
Outras reservas	350 200	350 200
	26 173 062	*26 173 062*

26. Itens não representativos de caixa incluídos nos lucros antes de impostos

Os itens não representativos de caixa incluídos nos lucros antes de impostos apresentam-se como segue:

	2018	2017
Amortização e depreciação (notas 18,19)	29 603 677	26 616 951
Imparidade liquida (nota 14)	286 384 264	24 459 984
Perdas(ganhos) com edificios, equipamentos (Nota 7)	-	(200 000)
	315 987 941	*50 876 935*

27. Variações nos activos e passivos operacionais

	2018	2017
Variação nos activos operacionais		
Empréstimos e adiantamentos a clientes	(189 949 156)	(194 111 023)
Outros activos	(39 483 430)	(14 503 007)
	(229 432 586)	(208 614 030)
Variação nos passivos operacionais		
Recursos de clientes	1 173 209 799	62 802 760
Outros passivos	(6 927 104)	(3 742 740)
	1 166 282 695	59 060 020
Variação liquida nos activos e passivos operacionais	***936 850 109***	***(149 554 010)***

28. Caixa e equivalentes

	2018	2017
Dinheiro em caixa		
Moeda nacional (nota 10)	23 224 211	11 179 588
Moeda estrangeira (nota 10)	29 199 692	11 362 650
	52 423 903	22 542 238
Saldos no Banco de Moçambique		
Moeda nacional (nota 10)	163 224 809	21 059 066
Moeda estrangeira (nota 10)	27 111 160	10 775 964
	190 335 969	31 835 030
Saldos em outras instituições de crédito		
Disponibilidades em outras instituições de crédito (nota 11)	79 799 826	171 924 900
	79 799 826	171 924 900
Outras aplicações de curto prazo		
Empréstimos e adiantamentos a Bancos (nota 12)	912 849 563	-
	912 849 563	-
Menos: Reservas obrigatórias no Banco de Moçambique (nota 10)	(272 471 824)	(168 967 864)
	962 937 437	***57 334 304***

29. Instrumentos financeiros

29.1 A classificação dos instrumentos financeiros é classificada como se apresenta:

2018	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Activos financeiros ao custo amortizado	Instrumentos de divida ao custo amortizado	Activos não financeiros	Total
Activos					
Caixa e disponibilidade no Banco Central	-	242 759 872	-	-	242 759 872
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	79 799 826	-	-	79 799 826
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	-	912 849 563	-	-	912 849 563
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6 327 551	-	-	-	6 327 551
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	1 149 913 978	-	-	1 149 913 978
Activos financeiros ao custo amortizado	-	-	405 885 618	-	405 885 618
Outros activos	-	55 516 648	-	21 902 204	77 418 853
Total de activos	***6 327 551***	***2 440 839 888***	***405 885 618***	***21 902 204***	***1 962 105 699***

Passivos	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos não financeiros	Total
Recursos de outras instituições de crédito	10	-	10
Recursos de clientes	2 393 028 299	-	2 393 028 299
Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos	116 338 333	-	116 338 333
Outros passivos	9 787 583	11 017 490	20 805 073
Total de passivos	***2 519 154 225***	***11 017 490***	***2 530 171 715***

2017	Activos financeiros disponiveis para venda	Empréstimos e contas a receber	Activos financeiros detidos até a maturidade	Activos não financeiros	Total
Activos					
Caixa e disponibilidade no Banco Central	-	54 377 268	-	-	54 377 268
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	171 924 900	-	-	171 924 900
Activos financeiros disponiveis para venda	2 682 287	-	-	-	2 682 287
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	1 107 360 891	-	-	1 107 360 891
Activos financeiros detidos até a maturidade	-	-	163 853 485	-	163 853 485
Outros activos	-	28 230 120	-	9 705 303	37 935 423
Total de activos	***2 682 287***	***1 361 893 179***	***163 853 485***	***9 705 303,36***	***1 538 134 255***

Passivos	Empréstimos e contas a pagar	Passivos não financeiros	Total
Recursos de outras instituições de crédito	189 500 196	-	189 500 196
Recursos de clientes	1 219 818 500	-	1 219 818 500
Outros empréstimos	16 531 374	-	16 531 374
Outros passivos	17 509 415	10 222 762	27 732 177
Total de passivos	***1 253 859 290***	***10 222 762***	***1 453 582 247***

29.2 Justo valor

Determinação da hierarquia de justo valor dos instrumentos financeiros:

O Banco utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

Nível 1: Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos, para os activos e passivos identificáveis.

Nível 2: Outras técnicas de valorização para os quais os inputs que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efectuado com informação observável, quer directa, quer indirectamente.

Nível 3: Técnicas que utilizam inputs que apresentam um efeito baixo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

O justo valor dos títulos cotados é baseado em cotações de preços na data da Posição Financeira. O Justo valor de instrumentos não cotados, os empréstimos de bancos e outros passivos financeiros, bem como outros passivos financeiros é estimado de acordo com os fluxos de caixa futuros, utilizando taxas actualmente disponíveis para a dívida em condições semelhantes, o risco de crédito e vencimentos remanescentes.

A tabela seguinte demonstra a análise do justo valor dos instrumentos financeiros de acordo com a hierarquia de justo valor.

2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos não financeiros				
Edificios (nota 18)	-	-	58 749 152	58 749 152
	-	**-**	**58 749 152**	**58 749 152**

2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos não financeiros				
Edificios (nota 18)	-	-	61 686 565	61 686 565
	-	**-**	**61 686 565**	**61 686 565**

2018				
Activos financeiros ao custo amortizado				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	116 370 476	-	116 370 476
Empréstimos e adiantamentos a Bancos		401 146 758		401 146 758
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	979 514 655	-	979 514 655
Activos financeiros ao custo amortizado	-	251 614 082	-	251 614 082
	-	***1 748 645 972***	-	***1 748 645 972***
Passivos financeiros				
Recursos de outras instituições de crédito	-	93 158 642	-	93 158 642
Recursos de clientes	-	1 614 206 842	-	1 614 206 842
Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos	-	7 297 764	-	7 297 764
	-	***1 621 504 606***	-	***1 714 663 248***

A tabela seguinte demonstra, por classe, a comparação dos justos valores com os valores líquidos contabilísticos dos instrumentos financeiros do banco que não estão mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras:

	2018		2017	
	Quantia escriturada	Justo valor	Quantia escriturada	Justo valor
Activos não financeiros				
Edificios (nota 18)	58 749 152	58 749 152	60 166 399	60 166 399
	58 751 170	***58 749 152***	***60 168 416***	***60 166 399***
Activos financeiros				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	79 799 826	70 135 196	171 924 900	45 873 807
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	912 849 563	802 293 516	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1 149 913 978	1 010 646 843	1 107 360 891	811 239 038
Activos financeiros ao custo amortizado	405 885 618	356 728 440	163 853 485	16 883 053
	2 548 448 985	***2 239 803 995***	***1 443 139 276***	***873 995 899***
Passivos financeiros				
Recursos de outras instituições de crédito	10	9	189 500 196	55 916 625
Recursos de clientes	2 393 028 299	2 151 036 673	1 219 818 500	1 085 898 835
Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos	116 338 333	104 573 782	16 531 374	14 595 528
	2 509 366 642	2 255 610 465	1 425 850 070	1 156 410 988
	97 833 513	***42 942 681***	***77 457 622***	***(222 248 691)***

O Conselho de Administração considera que o Caixa e disponibilidades no Banco Central e disponibilidades em Instituições de crédito se aproximam do justo valor, devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos.

O Justo valor dos activos e passivos financeiros encontram-se incluídos no montante à data da sua transacção entre partes interessadas, sem que exista uma exigência de liquidação.

Na determinação da estimativa de justo valor foram utilizados os seguintes métodos e pressupostos:

- justo valor dos imóveis foi obtida através da abordagem de custo de reposição, com base num preço por metro quadrado de 30 USD. O justo valor determinado em 2015, a Administração do Banco considera que não houve uma mudança significativa no mercado que justificam a alteração do valor do mercado destes activos
- justo valor dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, obtidos através do método de fluxo de caixa descontado.
- Os activos financeiros são descontados através da utilização dos Bilhetes do Tesouro variando entre 13.78%. Os passivos financeiros são descontados através da FPC a 11.28%.

30. Partes relacionadas

Os saldos com as partes relacionadas apresentam-se como segue:

		Outros activos
Accionistas		
Geocapital - Gestão de Participações	2 018	9 792 960
	2 017	9 792 960

Benefícios ao pessoal-chave de Gestão

Durante o exercício de 2018, os vencimentos do Conselho de Administração ascenderam a 42.101.012 Meticais (44.312.844Meticais em 2017).

31. Contingências e compromissos

Contingências

Guarantias

	2018	2017
Garantias bancárias	393 247 388	614 610 508
	393 247 388	***614 610 508***

Locações operacionais – banco como locatário

O Banco celebrou contractos de locação operacional relativos a agências e instalações onde funciona a sua sede social. Estas locações têm duração média de um a seis anos, com opção de renovar o contrato após o vencimento. Os valores dos contractos são ajustados anualmente para reflectir a inflação do mercado. As rendas mínimas a pagar de operações de locação operacional irrevogáveis eram as seguintes à data de 31 de Dezembro:

Rendas e alugueres

	2018	2017
Até 1 ano	21 073 502	18 195 882
Entre 1 e 5 anos	84 294 009	72 783 528
Mais de 5 anos	21 073 502	18 195 882
	126 441 014	***109 175 292***

32. Gestão do Risco, objectivos e políticas

O Conselho de Administração é responsável por uma eventual perda sofrida pelo Banco. Assumir riscos, de forma apropriada, é parte integrante do negócio e o sucesso depende do grau de optimização do balanceamento entre o risco e o benefício. Com o objectivo de apoiar o Conselho de Administração, foi criado o Comité de Risco a fim de gerir o risco para o Banco.

Uma análise qualitativa da gestão do risco é apresentada como segue:

Rico de Crédito

O risco de crédito é o risco que o Banco pode sofrer devido a perdas financeiras, se os clientes do Banco ou contra-partes de mercado falharem a honrar os compromissos com o Banco. As contra-partes podem incluir o Governo, outros bancos e instituições não-financeiras. O risco de crédito pode surgir também devido à descida da notação de crédito do banco, fazendo com que o justo valor dos seus activos diminuam. O risco de crédito que o banco está exposto é mais ao nível de crédito comercial e retalho. O Banco tem as suas políticas, procedimentos e processos, segundo as quais controla e monitoriza o risco de todas essas actividades. Enquanto a exposição ao crédito surge pela via de empréstimos e adiantamentos, o Banco pode ser exposto a outros riscos de crédito. Os mesmos dizem respeito a compromissos, passivos contingentes, títulos de dívida e outros riscos que ocorram no decurso de actividades comerciais. Estes riscos são geridos de forma semelhante que os de empréstimos e adiantamentos a clientes e estão sujeitos aos mesmos processos de aprovação e controlo. A exposição ao risco baseada no perfil de crédito do Banco é monitorizada e gerida diariamente através da detecção de limites e excessos. O Banco controla a concentração de risco de crédito que venham a surgir, por tipo de cliente em relação aos empréstimos e adiantamentos a clientes através de uma carteira equilibrada

Exposição máxima ao risco de crédito por classe de activo financeiro

Para activos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição ao risco de crédito é igual à quantia escriturada. Para as garantias financeiras, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor máximo que o Banco teria de pagar se a garantia fosse executada. Para os compromissos de empréstimo de crédito e outros compromissos relacionados e que sejam irrevogáveis durante o ciclo de vida das respectivas facilidades, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor da facilidade não utilizada. Em termos das garantias financeiras e letras de crédito, o Banco encontra-se igualmente exposto ao risco de liquidez na extensão em que tais garantias forem utilizadas. A tabela abaixo demonstra a exposição máxima à data de 31 de Dezembro de 20178 e 2017 relativamente ao risco de crédito no balanço, e instrumentos financeiros extrapatrimoniais, sem ter em consideração o valor das garantias detidas. O Banco apenas detém colaterais para Crédito de clientes e respeitam fundamentalmente a hipotecas sobre propriedades e penhoras de equipamentos.

	Notas	2018	2017
Caixa e disponibilidade no Banco Central	10	242 759 872	54 377 268
Disponibilidades em outras instituições de crédito	11	79 799 826	171 924 900
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	12	912 849 563	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	14	1 149 913 978	1 107 360 891
Activos financeiros ao custo amortizado	15	405 885 618	163 853 485
Outros activos	16	55 516 648	4 339 157
Total dos activos		2 846 725 506	1 501 855 701
Exposição ao risco de crédito relacionada com a demonstração da posição financeira			
Garantias bancárias		393 247 388	614 610 508
		393 247 388	***614 610 508***
Exposição total ao risco de crédito		***3 239 972 894***	***2 116 466 209***

Qualidade de crédito:

Com a finalidade de divulgar a qualidade do crédito do Banco, os instrumentos financeiros foram analisados como segue:

	2018				2017
Rating interno	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Total
Performing	-	-	-	-	-
Alto	301 207 287	-	-	301 207 287	258 894 147
Médio	-	-	-	-	-
Baixo	820 485 093	-	-	820 485 093	705 224 600
Vencido e não em imparidade	-	6 932 597	-	6 932 597	5 958 716
Non- performing	-	-	-	-	-
Vencido e em imparidade	-	-	223 533 485	223 533 485	192 131 841
Total	**1 121 692 380**	**6 932 597**	**223 533 485**	**1 352 158 461**	**1 162 209 304**

Análise da exposição máxima ao risco de crédito e das garantias e outras melhorias de crédito

A tabela a seguir mostra a exposição máxima ao risco de crédito por classe do activo financeiro, bem como o justo valor total da garantia, a garantia excedente (a medida em que o justo valor das garantias detidas é maior do que a exposição a que se refere), e a exposição líquida ao risco de crédito.

2018		**Justo valor dos colaterais matidos para a cobertura do risco de crédito**				**Colateral liquido**	**Exposição liquida**
	Exposição máxima ao risco de crédito	**Caixa**	**Cartas de crédito / Garantias bancárias**	**Edificios**	**Outros**		
Disponibilidades em outras instituições de crédito	79 799 826	-	-	-	-	-	79 799 826
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	912 849 563	-	-	-	-	-	912 849 563
Activos financeiros ao custo amortizado	405 885 618	-	-	-	-	-	405 885 618
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6 327 551	-	-	-	-	-	6 327 551
Empréstimos e adiantamentos a clientes							-
Empresas	445 581 455	15 691 318	-	187 725 508	-	203 416 826	242 164 629
Particulares	845 098 165	-	-	44 235 729	-	44 235 729	800 862 436
Colaboradores	61 478 840	-	-	13 331 469	-	13 331 469	48 147 371
Outros activos	55 516 648	-	-	-	-	-	55 516 648
	2 757 021 019	***15 691 318***	***-***	***245 292 706***	***-***	***260 984 024***	***2 496 036 994***

2017		Justo valor dos colaterais matidos para a cobertura do risco de crédito				Colateral liquido	Exposição liquida
	Exposição máxima ao risco de crédito	Caixa	Cartas de crédito / Garantias bancárias	Edificios	Outros		
Disponibilidades em outras instituições de crédito	171 924 900	-	-	-	-	-	171 924 900
Activos financeiros detidos até a maturidade	163 853 485						163 853 485
Activos financeiros disponiveis para venda	2 682 288						2 682 288
Empréstimos e adiantamentos a clientes							
Empresas	555 351 972	28 210 289	76 000 000	199 966 033	-	304 176 322	251 175 650
Particulares	538 950 051	8 156 979	-	14 720 262	-	22 877 241	516 072 810
Colaboradores	46 702 042	-	-	14 415 244	-	14 415 244	32 286 798
	1 479 464 738	***36 367 268***	***76 000 000***	***229 101 539***	***-***	***341 468 807***	***1 137 995 931***

Colaterais e outras garantias de crédito

A quantidade e o tipo de garantia exigida dependem de uma avaliação do risco de crédito da contraparte. Os principais tipos de garantias obtidas são, como se segue:

- Para os títulos de crédito e nas transacções de recompra reversão, dinheiro ou títulos. Nocorrente ano não houve reversões de transação de recompra;
- Para empréstimos comerciais, encargos sobre imóveis, inventário e contas a receber;
- Para crédito de retalho, hipotecas sobre imóveis de habitação.

Activos financeiros renegociados

Quando um cliente entra em incumprimento, e temporariamente não consegue suportar a prestação mensal, o cliente pode procurar pedir a dilatação do período de forma a conseguir uma oportunidade com vista a rectificação da situação. Na data de vencimento do período de reprogramação, a situação do cliente é reavaliada e os termos dos empréstimos poderão ser renegociados.

Activos financeiros que estão vencidos, mas não em imparidade

Dizem respeito a empréstimos e adiantamentos a clientes em que o cliente incumpriu com o pagamento dos juros ou capital mas o Banco acredita que não é apropriado reconhecer uma imparidade identificada tendo em linha de conta o nível do colateral que o cliente entregou ao Banco como garantia. No anos de 2018 e 2017 o Banco não apresenta quaisquer activos financeiros que estão vencidos, mas que não se encontrem em imparidade.

Activos financeiros que se encontrem em imparidade

Antes de Janeiro de 2018, o Banco avaliava regularmente a existência de uma evidência objectiva que o activo financeiro ou a carteira de activos financeiros valorizados ao custo amortizado está a incorrer em perdas por imparidade. Um activo financeiro ou carteira de activos financeiros está em imparidade e existem perdas por imparidade se, e apenas se, existe uma prova objectiva de imparidade como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial, após a data do primeiro registo no balanço e esse evento de perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou da carteira de activos financeiros que

possam ser fiavelmente estimada. Os critérios que o Banco utiliza para determinar se existem provas objectivas de imparidade incluem:

- Dificuldades financeiras do cliente;
- Quebra no contrato, tais como incumprimento das responsabilidades exigidas;
- Existem fortes evidências que o cliente vai entrar em bancarrota ou vai sofrer uma forte reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou
- Observação de dados evidenciando que existe uma diminuição considerável relativamente aos fluxos de caixa futuros estimados de um grupo de activos financeiros, desde o reconhecimento inicial desses activos, apesar desse decréscimo não ter sido ainda identificado individualmente na carteira, incluindo:
    - Alterações adversas no estado de pagamento dos mutuários na carteira;
    - Condições económicas locais ou nacionais que se correlacionam com a depreciação da carteira de activos.
    - Depreciação do valor do colateral; e
    - Deteriorização da posição do mutuário.

A política de crédito do Banco define incumprimento por parte de um determinado cliente, quando ocorrerem os seguintes eventos:

- O Banco considera que é pouco provável que o mutuário pagará a sua obrigação de crédito, na íntegra, sem recurso a que o Banco tenha de exercer a opção sobre colateral;
- Se o mutuário entra em incumprimento com quaisquer condições do contrato, tais como alcançar determinadas condições financeiras.

O Banco avalia primeiro se a prova objectiva de imparidade existe individualmente, para activos financeiros que sejam individualmente significativos e individual ou colectivamente para activos financeiros que não são individualmente significativos. Todas exposições com indicação de crédito mal parado são avaliadas individualmente quanto a imparidade. Os activos avaliados individualmente quanto à imparidade e para os quais um gasto de imparidade é e continua a ser reconhecido não são incluídos na análise da imparidade colectiva.

Para empréstimos e adiantamentos e activos detidos até à maturidade, o valor da perda por imparidade é mensurado como sendo a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juro efectiva original do activo. O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro colateralizado reflecte os fluxos de caixa que podem resultar da execução menos os custos de obtenção e da venda da garantia colateral, quer a execução seja ou não provável.

Abates

O Banco reconhece, através de um encargo que reduz o resultado, uma imparidade para as perdas ocorridos inerentes à carteira de crédito. Depois de identificar um adiantamento como reduzido e sujeito a um desconto de imparidade, chega-se a uma fase em que se conclui não existir uma perspectiva realista da sua recuperação. O abate irá existir, quando, a totalidade ou parte da dívida é considerada como incobrável. Não existe uma periodicidade no reconhecimento do mesmo, devendo ser efectuado quando se torna impossível recuperar parte ou totalidade da dívida. Estes activos são abatidos apenas quando todos os procedimentos necessários tenham sido concluídos, bem como o montante das perdas ter sido determinado. As recuperações subsequentes de valores que foram abatidos são reconhecidas como dedução do gasto de imparidade de crédito na demonstração de resultados.

A análise dos empréstimos e adiantamento a clientes individualmente em imparidade apresenta-se como segue:

2018	Quantia escriturada original	Imparidade	Quantia escriturada revista
Empresas	445 581 455	(163 798 655)	281 782 800
Particulares	845 098 165	(37 335 306)	807 762 859
Colaboradores	61 478 840	(1 110 521)	60 368 319
	1 352 158 460	*(202 244 482)*	*1 149 913 978*

2017	Quantia escriturada original	Imparidade	Quantia escriturada revista
Empresas	565 553 583	(32 995 683)	532 557 900
Particulares	548 962 577	(20 119 205)	528 843 372
Colaboradores	47 693 145	(1 733 527)	45 959 618
	1 162 209 305	*(54 848 414)*	*1 107 360 891*

Concentração de Risco de Crédito

Existe concentração de risco de crédito quando um número de contrapartes que estejam ligadas a actividades semelhantes ou apresentem características económicas similares, em que uma mesma adversidade poderá por em causa a sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais. A concentração de risco de crédito descrita abaixo não é proporcionalmente relacionada com a perda de crédito. Alguns segmentos da carteira do Banco têm e deverão ter taxas de crédito

proporcionalmente maiores em relação à exposição do que outros. A análise da concentração do risco de crédito por indústria apresenta-se como segue:

2018	Caixa e disponibilidade no Banco Central	Disponibilidades em outras instituições de crédito	Empréstimos e adiantamentos a Bancos	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Instrumentos de divida ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Outros activos	Total
Empresas	-	-	-	281 782 800	-	-	-	281 782 800
Particulares	-	-	-	868 131 178	-	-	-	868 131 178
Governo	242 759 872	-	-	-	305 885 618	6 327 551	-	554 973 042
Serviços financeiros	-	79 799 826	912 849 563	-	100 000 000	-	-	1 092 649 389
Outros activos	-	-	-	-	-	-	55 516 648	55 516 648
	242 759 872	***79 799 826***	***912 849 563***	***1 149 913 978***	***405 885 618***	***6 327 551***	***55 516 648***	***2 853 053 058***

2017	Caixa e disponibilidade no Banco Central	Disponibilidades em outras instituições de crédito	Empréstimos e adiantamentos a Bancos	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Activos financeiros detidos até a maturidade	Activos financeiros disponiveis para venda	Outros activos	Total
Empresas	-	-	-	532 557 900	-	-	-	532 557 900
Particulares	-	-	-	574 802 991	-	-	-	574 802 991
Governo	31 835 020	-	-	-	-	2 682 288	-	34 517 308
Serviços financeiros	-	171 924 900	-	-	163 853 485	-	-	335 778 386
Outros	-	-	-	-	-	-	28 230 120	28 230 120
	31 835 020	***171 924 900***	-	***1 107 360 891***	***163 853 485***	***2 682 288***	***28 230 120***	***1 505 886 704***

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco do Banco ser incapaz de cumprir com as suas obrigações de pagamento, quando se vencem em circunstâncias normais e de pressão. A fim de mitigar este risco, a gestão tem procurado diversas fontes de financiamento, além de depositar um valor mínimo e monitorizar fluxos de caixa futuros numa base diária. Este processo inclui uma avaliação dos fluxos de caixa futuros esperados e da disponibilidade de alto grau de garantia que poderá ser utilizado para garantir um financiamento adicional, caso seja necessário. O Banco mantém uma carteira de activos com alguma liquidez, assim como diversificada, que poderá ser facilmente liquidada numa interrupção não prevista de fluxos de caixa. O Banco detém reservas obrigatórias correspondentes a 14% e 27% do saldo médio dos depósitos de residentes, depósitos de não residentes e depósitos do Estado em moeda nacional e moeda estrangeira respectivamente. A posição de liquidez é avaliada e gerida tendo em consideração uma variedade de cenários, dando a devida atenção a factores de tensão relacionados tanto para o mercado em geral assim como para com o Banco em particular. O mais importante é manter os limites dos rácios de liquidez entre os depósitos de clientes e passivos para com clientes. O rácio de liquidez consiste na ponderação dos valores em caixa, depósitos de custo prazo e investimentos altamente líquidos, com os depósitos de clientes e empréstimos obtidos com vencimento no mês seguinte.

Maturidades contratuais não descontadas dos activos e passivos

A tabela abaixo resume o perfil de maturidade dos activos e passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 com base em fluxos de caixa contratuais não descontados:

2018 Activo	À vista	Menos de 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Caixa e disponibilidade no Banco Central	242 759 872	-	-	-	-	242 759 872
Disponibilidades em outras instituições de crédito	73 653 151	-	-	-	-	73 653 151
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	-	703 171 621	209 677 942	-	-	912 849 563
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	6 327 551	6 327 551
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	184 098 107	105 563 085	747 793 726	112 459 061	1 149 913 978
Activos financeiros ao custo amortizado	-	218 390 202	187 495 417	-	-	405 885 618
Outros activos	-	55 516 648	-	-	-	55 516 648
Total do activo	***316 413 023***	***1 161 176 578***	***502 736 444***	***747 793 726***	***118 786 612***	***2 846 906 383***
Passivos financeiros						
Recursos de outras instituições de crédito	-	10	-	-	-	10
Recursos de clientes	714 297 877	722 095 861	956 634 559	-	-	2 393 028 297
Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos	-	-	-	116 338 333	-	116 338 333
Outros passivos	-	9 787 583	-	-	-	9 787 583
Total do passivo	***714 297 877***	***731 883 454***	***956 634 559***	***116 338 333***	***0***	***2 519 154 223***
Gap de liquidez	***397 884 853***	***(429 293 124)***	***453 898 115***	***(631 455 393)***	***(118 786 612)***	***(327 752 160)***

2017 Activo	À vista	Menos de 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Caixa e disponibilidade no Banco Central	54 377 268	-	-	-	-	54 377 268
Disponibilidades em outras instituições de crédito	171 924 900	-	-	-	-	171 924 900
Activos financeiros disponiveis para venda	-	-	-	-	2 682 288	2 682 288
Activos financeiros detidos até a maturidade	-	230 795 748	194 354 765	567 237 495	114 972 883	1 107 360 891
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	117 815 985	46 037 500	-	-	163 853 484
Outros activos	-	28 230 120	-	-		28 230 120
Total do activo	226 302 169	376 841 853	240 392 265	567 237 495	117 655 171	1 528 428 951
Passivos financeiros						
Recursos de outras instituicões de crédito	-	189 500 196	-	-	-	189 500 196
Recursos de clientes	410 639 636	527 875 530	281 303 334	-	-	1 219 818 500
Outros empréstimos	-	16 531 374	-	-	-	16 531 374
Outros passivos	-	17 509 415	-	-	-	17 509 415
Total do passivo	410 639 636	751 416 515	281 303 334	-	-	1 443 359 484
Gap de liquidez	***184 337 467***	***374 574 662***	***40 911 069***	***(567 237 495)***	***(117 655 171)***	***(85 069 467)***

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros irá variar devido a alterações das variáveis do mercado, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, e as cotações. O capital de risco dos preços não se aplica ao Banco.

Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro decorre da possibilidade de alterações nas taxas de juro poderem afectar os futuros fluxos de caixa ou o justo valor dos instrumentos financeiros. O Banco monitoriza a sua exposição aos efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado sobre o risco da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. As margens financeiras podem aumentar como resultado de tais flutuações mas também podem reduzir ou criar perdas em caso de ocorrer movimentos não previstos. O Conselho de Administração estabelece limites sobre o grau de desajuste da taxa de juro, sendo a mesma controlada em uma base diária. Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro compreendem saldos de disponibilidades e depósitos em outras instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, depósitos e contas correntes de clientes e recursos de outras instituições de crédito. Os activos e passivos incluídos na tabela estão mensuradas pela quantia escriturada e categorizada pelo menor prazo entre a data contratada e a sua maturidade. O Banco não está sujeito ao risco de taxa de juros em relação aos itens extrapatrimoniais.

A tabela abaixo resume a exposição do Banco à taxa de juro a 31 de Dezembro de 2018:

2018 Activos	À vista	Menos de 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Acima de 1 ano	Instrumentos não remunerados	Total
Caixa e disponibilidade no Banco Central	-	-	-	-	242 759 872	242 759 872
Disponibilidades em outras instituições de	-	79 799 826	-	-	-	79 799 826
Empréstimos e adiantamentos a Bancos		703 171 621	209 677 942	-	-	912 849 563
Activos financeiros ao justo valor através de	-	6 327 551	-	-	-	6 327 551
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	184 098 107	105 563 085	860 252 786	-	1 149 913 978
Activos financeiros ao custo amortizado	-	218 390 202	187 495 417	-	-	405 885 618
Outros activos	-	-	-	-	55 516 648	55 516 648
Activos tangíveis	-	-	-	-	134 380 334	134 380 334
Activos intangíveis	-	-	-	-	74 169 675	74 169 675
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	5 480 409	5 480 409
Total dos activos não descontados		1 191 787 307	502 736 444	860 252 786	512 306 939	3 067 083 476
Passivos						
Recursos de outras instituições de crédito	-	10	-	-	-	10
Recursos de clientes		722 095 861	956 634 559	-	714 297 877	2 393 028 297
Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos	-	-	-	116 338 333	-	116 338 333
Outros passivos	-	-	-	-	20 805 073	20 805 073
Total dos passivos não descontados	-	722 095 871	956 634 559	116 338 333	735 102 950	2 530 171 713
Gap acumulado		***469 691 436***	***(453 898 115)***	***743 914 453***	***(222 796 011)***	***536 911 763***

2017 Activos	À vista	Menos de 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Acima de 1 ano	Instrumentos não remunerados	Total
Caixa e disponibilidade no Banco Central	-	-	-	-	54 377 268	54 377 268
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	171 924 900	-	-	-	171 924 900
Activos financeiros disponiveis para venda	-	2 682 287	-	-	-	2 682 287
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	230 795 748	194 354 765	682 210 378	-	1 107 360 891
Activos financeiros detidos até a maturidade	-	163 853 485	-	-	-	163 853 485
Outros activos	-	-	-	-	37 935 423	37 935 423
Outros activos	-	-	-	-	109 667 311	109 667 311
Outros activos	-	-	-	-	39 606 714	39 606 714
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	4 190 103	4 190 103
Total dos activos não descontados	-	569 256 421	194 354 765	682 210 378	245 776 819	1 691 598 382
Passivos						
Recursos de outras instituições de crédito	-	189 500 196	-	-	-	189 500 196
Recursos de clientes		353 423 771	156 582 486	-	647 009 483	1 157 015 740
Outros empréstimos	-	16 531 374	-	-	-	16 531 374
Outros passivos	-	-	-	-	27 732 177	27 732 177
Total dos passivos não descontados	-	559 455 341	156 582 486	-	674 741 660	1 390 779 487
Gap acumulado		***9 801 080***	***37 772 279***	***682 210 378***	***(428 964 840)***	***300 818 895***

A sensibilidade na demonstração dos resultados e o impacto na alteração das taxas de juro, essencialmente a FPC, baseado nos activos e passivos financeiros cuja taxa de juro é variável a 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017 é a seguinte:

	Variação em pontos base	Impacto no resultado após imposto
2018	+50pb	78 967
	-50pb	(78 967)
2017	+50pb	413 871
	-50pb	(413 871)

Risco cambial

O Banco toma em consideração a exposição a possíveis flutuações cambiais, nas suas posições financeiras e fluxos de caixa. A Administração fixa um nível limite de exposição por moeda, que é controlada diariamente pela tesouraria, com a supervisão de um gestor sénior. O lucro antes do imposto em 31 de Dezembro de 2018 sofreria um aumento em cerca de 58.947 Meticais (em 31 de Dezembro de 2017, o lucro antes do imposto sofreria uma redução em cerca de 457.657 Meticais) se a taxa de câmbio flutua-se conforme ilustra a tabela abaixo (Flutuação corrente nas taxas de câmbio). Os valores negativos na tabela reflectem uma redução potencial nos resultados ou nos capitais próprios, enquanto que os valores positivos reflectem um aumento liquido potencial no resultado e nos capitais próprios. Uma redução equivalente em cada uma das moedas abaixo contra o Metical teria um impacto inverso nos resultados.

31-dez-2018				
Moeda	Exposição liquida	Taxa de câmbio	Variação na moeda	Impacto no resultado
US Dollar	(37 978 886)	61,47	4%	(25 648)
Euro	2 818 004	70,25	-1%	(255)
ZAR	1 327 203	4,28	-11%	(33 016)
GBP	109 340	78,1	-2%	(27)
				(58 947)

31-dez-2017				
Moeda	Exposição liquida	Taxa de câmbio	Variação na moeda	Impacto no resultado
US Dollar	99 765 006	59,02	-17%	(292 111)
Euro	2 358 073	70,70	-6%	(1 979)
ZAR	11 022 163	4,79	-8%	(181 431)
GBP	114 961	79,66	-9%	(135)
				(475 657)

A tabela abaixo resume a exposição do Banco ao risco cambial de moedas estrangeiras em 31 de Dezembro de 2018. Incluídos na tabela encontram-se também os instrumentos financeiros classificados por moeda:

2018	MZN	USD	EUR	ZAR	GBP	Total
Activo						
Caixa e disponibilidade no Banco Central	181 892 940	51 121 132	8 151 844	1 484 616	109 340	242 759 872
Disponibilidades em outras instituições de crédito	11 035 517	68 764 309		-	-	79 799 826
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	912 849 563	-	-			912 849 563
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6 327 551	-	-	-	-	6 327 551
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1 149 913 978	-	-	-	-	1 149 913 978
Activos financeiros ao custo amortizado	405 885 618	-	-	-	-	405 885 618
Outros activos	65 786 062	10 819 818	812 973	-	-	77 418 853
Activos tangiveis	134 380 334	-	-	-	-	134 380 334
Activos intangiveis	74 169 675	-	-	-	-	74 169 675
Activos por impostos correntes	5 480 409	-	-	-	-	5 480 409
	2 947 721 648	130 705 259	8 964 817	1 484 616	109 340	3 088 985 680
Passivo						
Recursos de outras instituições de crédito	10	-	-	-	-	10
Recursos de clientes	2 218 039 928	168 684 145	6 146 813	157 414	-	2 393 028 299
Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos	116 338 333	-	-	-	-	116 338 333
Outros passivos	20 805 073	-	-	-	-	20 805 073
Provisões	2 782 078		-	-	-	2 782 078
Passivos por impostos diferidos	11 067 669	-	-	-	-	11 067 669
	2 369 033 091	168 684 145	6 146 813	157 414	-	2 544 021 462
Exposição liquida	***578 688 557***	***(37 978 886)***	***2 818 004***	***1 327 203***	***109 340***	***544 964 218***

2017	MZN	USD	EUR	ZAR	GBP	Total
Activo						
Caixa e disponibilidade no Banco Central	32 238 653	10 558 350	169 715	11 410 550	-	54 377 268
Disponibilidades em outras instituições de crédito	23 862 975	127 207 595	20 566 166	173 203	114 961	171 924 900
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	2 682 287	-	-	-	-	2 682 287
Activos financeiros ao custo amortizado	1 107 360 891	-	-	-	-	1 107 360 891
Activos financeiros detidos até a maturidade	163 853 485	-	-	-	-	163 853 485
Activos intangiveis	37 935 423	-	-	-	-	37 935 423
Activos tangiveis	109 667 311	-	-	-	-	109 667 311
Activos intangiveis	39 606 714	-	-	-	-	39 606 714
Activos por impostos correntes	4 190 103	-	-	-	-	4 190 103
	1 521 397 843	137 765 945	20 735 880	11 583 753	114 961	1 691 598 383
Passivo						
Recursos de outras instituições de crédito	189 500 196	-	-	-	-	189 500 196
Recursos de clientes	1 179 631 296	38 000 939	1 624 675	561 590	-	1 219 818 500
Outros empréstimos	-	-	16 531 374	-	-	16 531 374
Outros passivos	27 732 177	-	-	-	-	27 732 177
Provisões	2 782 078	-	-	-	-	2 782 078
Passivos por impostos diferidos	11 528 741	-	-	-	-	11 528 741
	1 411 174 487	38 000 939	18 156 050	561 590	-	1 467 893 066
Exposição liquida	***110 223 356***	***99 765 006***	***2 579 831***	***11 022 163***	***114 961***	***223 705 317***

Risco Operacional

O risco operacional é o risco de perdas decorrentes de falhas de sistemas, erro humano, fraude ou acontecimentos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação do Banco, ter implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras. O Banco não pode esperar eliminar todos os riscos operacionais, mas através de um quadro de controlo e de vigilância e respondendo aos riscos potenciais, o Banco é capaz de gerir os riscos. Controlos incluem uma efectiva segregação de funções, acesso, autorização e procedimentos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.

Gestão de Capital

O Banco mantém uma gestão activa do capital para cobrir os riscos inerentes ao negócio. A adequação do capital do Banco é monitorando usando, entre outras medidas os rácios estabelecidas pelo Banco de Moçambique. Os principais objectivos da gestão de capital são os que visam que o Banco:

- Cumpra com os requisitos de capitais impostos pelo Banco de Moçambique;
- Mantenha uma forte e saudável notação de rácios de capital, a fim de apoiar o seu negócio; e
- Apresente uma política de continuidade, a fim de proporcionar o máximo retorno, e maximizar o valor aos accionistas.

O Banco cumpre com os requisitos emanados pelo Banco de Moçambique, estando sujeito a um acompanhamento contínuo diário das posições cambiais e numa base mensal, no que diz respeito à adequação dos rácios de Capitais Próprios tal como a Solvabilidade e Concentração de Crédito. O Banco de Moçambique exige a cada banco para manter o nível mínimo de rácio de solvabilidade de 9%. A tabela abaixo resume o cálculo do rácio de solvabilidade do Banco para o exercício findo em 31 de Dezembro, à luz das exigências do Banco de Moçambique.

	2018	2017
Fundos próprios de base (Tier I)		
Capital social	1 250 000 000	649 999 970
Resultados retidos	(730 105 117)	(452 117 582)
Activos intangiveis	(74 169 675)	(39 606 714)
Total dos fundos próprios de base (Tier I)	445 725 208	158 275 674
Fundos próprios complementares (core Tier II)		
Outros	19 533 700	19 458 663
Total dos fundos próprios complementares (core Tier II)	19 533 700	19 458 663
Fundos próprios elegiveis (Tier I and Tier II)	***465 258 908***	***177 734 337***
Activos ponderados pelo risco (RWA)		
Activos do balanço	1 855 702 430	1 131 534 370
Activos fora do balanço	173 392 440	33 770 850
Riscos operacional e de mercado	109 162 010	79 464 000
Total dos activos ponderados pelo risco	***2 138 256 880***	***1 244 769 220***
Rácios prudenciais		
Core Tier I	21%	13%
Core Tier II	1%	2%
Rácio de solvabilidade	22%	14%
Rácio de solvabilidade minimo exigido	9%	8%

O principal objectivo da gestão de capital do Banco é assegurar a conformidade com os objectivos estratégicos em termos de adequação de capital, respeitando e fazendo cumprir as exigências mínimas de capital estabelecidos pelo Banco de Moçambique, o que reflecte um rácio mínimo de solvabilidade em relação aos riscos assumidos no decurso da sua actividade.

33. Acontecimentos após a data de balanço

Até a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, não se verificam eventos favoráveis ou desfavoráveis para o Banco que afectem as presentes demonstrações financeiras ou que requeiram divulgação nas mesmas.

7. PARECER DO AUDITOR EXTERNO E DO FISCAL ÚNICO

INDEPENDENT AUDITOR'S REPORT

Ernst & Young Limitada
Rua Belmiro Obadias Muianga, Nº 179
Caixa Postal 366,
Maputo
Moçambique

Tel: +258 21 35 3000
Fax: +258 21 32 1984
Email: ernst.young@mz.ey.com
NUIT:400 006 245
www.ey.com

(FREE TRANSLATION OF THE PORTUGUESE REPORT)

INDEPENDENT AUDITOR'S REPORT

To the Shareholders of

BANCO MAIS - BANCO MOÇAMBICANO DE APOIO AOS INVESTIMENTOS, S.A.

Report on the Audit of the Financial Statements

Opinion

We have audited the financial statements of **BANCO MAIS - BANCO MOÇAMBICANO DE APOIO AOS INVESTIMENTOS, S.A.** (the Bank), which comprise the statement of financial position as at 31 December 2018, and the statement of comprehensive income, statement of changes in equity and statement of cash flows for the year then ended, and notes to the financial statements, including a summary of significant accounting policies.

In our opinion, the accompanying financial statements present fairly, in all material respects, the financial position of the Bank as at 31 December 2018, its financial performance and its cash flows for the year then ended in accordance with the International Financial Reporting Standards (IFRSs).

Basis for Opinion

We conducted our audit in accordance with International Standards on Auditing (ISAs). Our responsibilities under those standards are further described in the *Auditor's Responsibilities for the Audit of the Financial Statements* section of our report. We are independent of the Bank in accordance with the International Ethics Standards Board for Accountants' Code of Ethics for Professional Accountants (IESBA Code) together with the ethical requirements that are relevant to our audit of the financial statements in Mozambique, and we have fulfilled our other ethical responsibilities in accordance with these requirements and the IESBA Code. We believe that the audit evidence we have obtained is sufficient and appropriate to provide a basis for our opinion.

Building a better working world

Material Uncertainty Related to Going Concern

We draw your attention to the fact that, as mentioned in the Note1-2 to the financial statements, the Bank has incurred a net loss for the year ended 31 December 2018 of 271.679.509 Meticais (2017: 35.066.357 Meticais) and as that date it had accumulated losses of 730.455.317 Meticais (2017: 452.467.745 Meticais). Additionally, the Net Equity is less than half of the share capital, which triggers the requirement in Article 119º of the Commercial Code, to implement measures to remediate the situation. Note 1-2 also indicates that these conditions indicate the existence of a material uncertainty which may cast significant doubt on the Bank's ability to continue as a going concern. However, the shareholders have recently received the approval from the Central Bank of Mozambique to proceed with a share capital increase and possibility of entry of an additional (new) shareholder. The share capital increase, will amount up to 450.000.000 MZN (four hundred and fifty millions meticais) and will be realised during the first semester of 2019. This will allow to diversify Bank´s operations, improve business relations and comply with the Article 119 mentioned above. Our opinion is not modified in respect of this matter.

Other Information

The Board of Directors are responsible for the other information. The other information comprises the Annual Directors' Report as required by the Commercial Code of Mozambique. The other information does not include the financial statements and our auditor's report thereon. The Board of Directors expects to release the Annual Director's Report after the date of this Independent Auditor's Report.

Our opinion on the financial statements does not cover the other information and we do not express an audit opinion or any form of assurance conclusion thereon.

In connection with our audit of the financial statements, our responsibility is to read the other information and, in doing so, consider whether the other information is materially inconsistent with the financial statements or our knowledge obtained in the audit, or otherwise appears to be materially misstated. If, based on the work we have performed, we conclude that there is a material misstatement of this other information, we are required to report that fact. We have nothing to report in this regard.

Responsibilities of the Board of Directors for the Financial Statements

The Board of Directors is responsible for the preparation of financial statements that give a true and fair view in accordance with International Financial Reporting Standards (IFRSs), and for such internal control as management determines is necessary to enable the preparation of financial statements that are free from material misstatement, whether due to fraud or error.

In preparing the financial statements, the Board of Directors is responsible for assessing the Bank's ability to continue as a going concern, disclosing, as applicable, matters related to going concern and using the going concern basis of accounting unless the Board of Directors either intends to liquidate the Bank or to cease operations, or has no realistic alternative but to do so.

The Board of Directors is responsible for overseeing the Bank's financial reporting process.

Auditor's Responsibilities for the Audit of the Financial Statements

Our objectives are to obtain reasonable assurance about whether the financial statements as a whole are free from material misstatement, whether due to fraud or error, and to issue an auditor's report that includes our opinion. Reasonable assurance is a high level of assurance, but is not a guarantee that an audit conducted in accordance with ISAs will always detect a material misstatement when it exists. Misstatements can arise from fraud or error and are considered material if, individually or in the aggregate, they could reasonably be expected to influence the economic decisions of users taken on the basis of these financial statements.

As part of an audit in accordance with ISAs, we exercise professional judgment and maintain professional skepticism throughout the audit. We also:

- Identify and assess the risks of material misstatement of the financial statements, whether due to fraud or error, design and perform audit procedures responsive to those risks, and obtain audit evidence that is sufficient and appropriate to provide a basis for our opinion. The risk of not detecting a material misstatement resulting from fraud is higher than for one resulting from error, as fraud may involve collusion, forgery, intentional omissions, misrepresentations, or the override of internal control.
- Obtain an understanding of internal control relevant to the audit in order to design audit procedures that are appropriate in the circumstances, but not for the purpose of expressing an opinion on the effectiveness of the Bank's internal control.
- Evaluate the appropriateness of accounting policies used and the reasonableness of accounting estimates and related disclosures made by the Board of Directors.

- Conclude on the appropriateness of the Board of Directors's use of the going concern basis of accounting and, based on the audit evidence obtained, whether a material uncertainty exists related to events or conditions that may cast significant doubt on the Bank's ability to continue as a going concern. If we conclude that a material uncertainty exists, we are required to draw attention in our auditor's report to the related disclosures in the financial statements or, if such disclosures are inadequate, to modify our opinion. Our conclusions are based on the audit evidence obtained up to the date of our auditor's report. However, future events or conditions may cause the Bank to cease to continue as a going concern.
- Evaluate the overall presentation, structure and content of the financial statements, including the disclosures, and whether the financial statements represent the underlying transactions and events in a manner that achieves fair presentation.

We communicated to the Board of Directors regarding, among other matters, the planned scope and timing of the audit and significant audit findings, including any significant deficiencies in internal control that we identify during our audit.

The engagement partner on the audit resulting in this independent auditor's report is Eduardo Caldas.

ERNST & YOUNG, LDA.

Certified Auditors Firm

Represented by:

Eduardo Jorge Cielo da Costa Caldas (Certified Auditor nr.33)

Maputo, 30 April 2019

Deloitte.

Caixa Postal 4318
Maputo
Moçambique

Deloitte & Touche
(Moçambique) Lda
Chartered Accountants and
Management Consultants
Registration No: 5917
Rua dos Desportistas, 833
Predio JAT V-1 3 Andar

Tel: +258 21320955
Tel: +258 21430594
Tel: +258 20600100
contactdeloitte@deloitte.co.mz
www.deloitte.com

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas do Banco Mais – Banco Moçambicano de Apoio aos Investimentos

Na qualidade de fiscal único do **Banco Mais – Banco Moçambicano de Apoio aos Investimentos, SA**, uma sociedade anónima de direito moçambicano, com o capital social de (1 250 000 000 (Um bilião, duzentos e cinquenta milhões de meticais), matriculada junto da Conservatória de Registo das Entidades Legais, sob o número 100053209 (um, zero, zero, zero, cinco, três, dois, zero, nove), e titular do número único de identificação tributária (NUIT) 500001070, cumpre dar o parecer sobre o balanço e contas da referida sociedade referente ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2018, bem como sobre o relatório da administração da sociedade referente ao mesmo exercício, documentos estes que nos foram apresentados pela respetiva administração.

Relatório

O Fiscal Único **e** signatário do presente parecer, acompanhou com regularidade e extensão considerada razoável para as circunstancias a evolução do Banco e procedeu aos exames, apreciações, verificações da regularidade dos seus registos e observância das normas e regulamentos aplicáveis com base na informação prestada pelo Conselho de Administração, de natureza contabilística, financeira e de gestão do risco, bem como a informação fornecida pelos Auditores Externos, tendo, sempre que solicitado, merecida a colaboração do Conselho de Administração do Banco.

O fiscal único efetuou reuniões com administração **e** demais direções do banco de modo **a** acompanhar as respetivas actividades e avaliar a adequacidade e eficácia dos sistemas de controlo interno do banco.

O Fiscal único examinou o Balanço do Banco e Demonstração de Resultados referentes ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2018, apresentam-se claros e satisfazem os requisitos legais, assim como contêm as menções obrigatórias, deles contando todos os elementos indispensáveis.

O activo total líquido do Banco e os seus fundos próprios, foram calculados conforme as regras do Banco de Moçambique, totalizando respetivamente 3 088 985 680.00 Meticais (Três biliões, oitenta e oito milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e oitenta meticais) e 544 964 217 meticais (Quinhentos e quarenta e quatro milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, duzentos e dezassete meticais) o que representa um crescimento substancial quer dos activos líquidos quer dos fundos próprios respectivamente.

Os resultados líquidos negativos do Banco atingiram 271 679 509.00 Meticais (Duzentos e setenta e um milhões, seiscentos e setenta e nove mil, quinhentos e nove meticais) notando se um crescimento substancial comparativamente ao exercício anterior que eram 35 066 357 Meticais (Trinta e cinco milhões, sessenta e sei mil, trezentos e cinquenta e sete meticais).

O Fiscal Único apreciou, de igual modo, o Relatório dos Auditores Externos, Ernest & Young, Limitada relativo às demonstrações financeiras do **Banco Mais – Banco Moçambicano de Apoio ao Investimento, SA** referentes a 31 de Dezembro de 2018 cujo âmbito de auditoria e a opinião expressa mereceu a sua concordância. Porém, queiram notar que a continuidade das operações do Banco, pressuposto assumido na preparação das suas demonstrações financeiras, continua dependente do continuado apoio financeiro dos Acionistas e de outros credores e da geração de lucros, de modo a inverter a situação de capitais próprios que não estão em conformidade com o artigo 119 do Código comercial.

Parecer

Face ao exposto acima, o fiscal único considera que as demonstrações financeiras e o relatório de conselho de administração, assim como a proposta de aplicação de resultados do exercício findo em 31 de dezembro 2018, estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e demais disposições legais, estatutárias aplicáveis, pelo que recomenda a sua aprovação em Assembleia Geral dos Acionistas.

Maputo, 12 de Abril de 2019

(Assinado por Jacinto Delgado em nome da Deloitte & Touche (Moçambique), Lda

Na qualidade de Fiscal Único do **BANCO MAIS - Banco Moçambicano de Apoio aos Investimentos, SA**

8. ANEXO – Circular nº3/SHC/2007

	Notas / Quadros anexos	2018			2017
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor Líquido	
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		242 759 872	0	242 759 872	54 377 268
Disponibilidades em outras instituições de crédito		79 799 826	0	79 799 826	171 924 900
Activos financeiros detidos para negociação		0	0	0	0
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		6 327 551	0	6 327 551	2 682 287
Activos financeiros disponíveis para venda		9 143 883 0	0 0	9 143 883 0	0 0
Aplicações em instituições de crédito		912 849 563	0	912 849 563	21 381
Crédito a Clientes		1 355 240 544	202 244 483	1 152 996 061	1 110 369 863
Investimentos detidos até à maturidade		393 394 785	0	393 394 785	183 047 393
Activos com acordo de recompra		0 0	0		0
Derivados de cobertura		0	0	0	0
Activos não correntes detidos para venda		0	0	0	0
Propriedades de investimento		0	0	0	0
Outros activos tangíveis		214 772 739	80 392 406	134 380 334	109 667 312 0
Activos intangíveis		144 486 606	70 316 930	74 169 675	39 606 716
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		0	0	0	0
Activos por impostos correntes		5 480 409	0	5 480 409	4 190 103 0
Activos por impostos diferidos		0	0	0	0
Outros Activos		75 967 191	0	75 967 191	22 854 971
Total de activos		3 440 222 971	352 953 819	3 087 269 152	1 698 742 194

Rubricas		Notas / Quadros anexos	2018	2017
	Passivo			
38 - 3311 (1) - 3410 + 5200 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de bancos centrais		0	0
43 (1)	Passivos financeiros detidos para negociação		0 0	0
43 (1)	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		0	0
39 - 3311 (1) - 3411 + 5201 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de outras instituições de crédito		10	191 302 403
40 + 41 - 3311 (1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5211 (1) + 5310 + 5311	Recursos de clientes e outros empréstimos		2 392 905 984	1 234 372 864
42 - 3311 (1) - 3414 + 5204 + 5211 (1) + 5312	Responsabilidades representadas por títulos		116 338 333	19 193 908
44	Derivados de cobertura			0
45	Passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas		0	0
47	Provisões		2 782 078	2 782 078
490	Passivos por impostos correntes		0	0
491	Passivos por impostos diferidos		11 067 670	11 528 741
481 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Instrumentos representativos de capital		0	0
480 + 488 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Outros passivos subordinados		0	0
51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 + 50 (1) (2) + 5207 + 5208 + 5211 (1) + 528 + 538 - 5388 + 5318 (1) + 54 (1) (3)	Outros passivos		19 210 861	15 856 883
	Total de Passivo		2 542 304 936	1 475 036 876
	Capital			
55	Capital		1 250 000 000	649 999 970
602	Prémios de emissão		0	0
57	Outros instrumentos de capital		0	0
- 56	(Acções próprias)		0 0	0
58 + 59	Reservas de reavaliação		25 069 333	25 822 862
60 - 602 + 61	Outras reservas e resultados transitados		-458 425 608	-417 051 186
64	Resultado do exercício		-271 679 509	-35 066 327
- 63	(Dividendos antecipados)		0	0
	Total de Capital		544 964 216	223 705 318
	Total de Passivo + Capital		3 087 269 152	1 698 742 194

Rubricas		Notas / Quadros anexos	2018	2017
79 + 80	Juros e rendimentos similares		456 502 577	349 375 813
66 + 67	Juros e encargos similares		240 955 805	208 669 890
	Margem financeira		215 546 772	140 705 923
82	Rendimentos de instrumentos de capital			
81	Rendimentos com serviços e comissões		33 772 615	30 343 441
68	Encargos com serviços e comissões		10 913 729	8 138 024
- 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698 - 69900 - 69910 + 832 + 833 + 835 (1) + 836 (1) + 838 + 83900 + 83910	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados			0
- 694 + 834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda			0
- 690 + 830	Resultados de reavaliação cambial		47 678 682	40 634 361
- 691 - 697 - 699 (1) - 725 (1) - 726 (1) + 831 + 837 + 839 (1) + 843 (1) + 844 (1)	Resultados de alienação de outros activos		0	
- 695 (1) - 696 (1) - 69901 - 69911 - 75 - 720 - 721 - 725 (1) - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1) + 83901 + 83911 + 840 + 843 (1) + 844 (1) + 848	Outros resultados de exploração		0 -13 299 797	6 071 520
	Produto bancário		272 784 543	209 617 220
70	Custos com pessoal		124 958 481	108 813 872
71	Gastos gerais administrativos		103 978 701	85 253 842
77	Amortizações do exercício		29 603 677	26 616 951
784 + 785 + 786 + 788 - 884 - 885 - 886 - 888	Provisões líquidas de reposições e anulações			
760 + 7610 + 7618 + 7620 + 76210 + 76211 + 7623 + 7624 + 7625 + 7630 + 7631 + 765 + 766 - 870 - 8720 - 8710 - 8718 - 87210 - 87211 - 8723 - 8724 - 8726 - 8730 - 8731 - 875 - 876	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		0	
768 + 769 (1) - 877 - 878	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações			
	Resultados antes de impostos		286 384 264 -272 140 580	24 459 984 -35 527 429
	Impostos			
65	Correntes		461 072	461 072
74 - 86	Diferidos			
640	**Resultados após impostos**		-271 679 509	-35 066 357
- 72600 - 7280 + 8480 + 84400	Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas			